



SÓCRATES BOMFIM



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 - 2018

UM ESBOÇO DA VIDA AMAZÔNICA



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda - v. 40



NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda – v. 40

UM ESBOÇO DA VIDA AMAZÔNICA

SÓCRATES BOMFIM



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
(1918-2018)



DIRETORIA
BIÊNIO 2020/2021

Presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral

EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto

ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro

ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio

CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Conselho Fiscal – Suplentes

SERGIO VIEIRA CARDOSO

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: academiaamazonensedeletras.com

E-mail: academiadeletras.am@gmail.com

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	7
Da mesa do editor	9
Um esboço da vida amazônica	11

© **Sócrates Bomfim**, 2021

Coordenação Editorial
José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira,
José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso,
Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial
Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico
Marcicley Reggo

Imagem da capa
© Percy Lau. Tipos e aspectos do Brasil.
Revista Brasileira de Geografia, 1969.

Digitalização dos originais
Roumen Koynov

Ficha catalográfica
Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B695e Bomfim, Sócrates, 1908-?

Um esboço da vida amazônica. Manaus: Reggo/
Academia Amazonense de Letras, 2021.

Edição digital (formato .pdf)
Coleção Pensamento Amazônico.
Série João Leda – v. 40;

ISBN 978-65-86325-46-1

1. Amazônia – Ensaio sociológico I. Título

CDD 301.4509811

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994,
de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98).
Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

2021

REGGO EDITORIAL

Rua Rio Javari, 361
N. Sra. das Graças – Sala 303
69053-110 – Manaus-AM

REGGO Fone: (92) 98817-0172
@editorareggo

PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

Ompresário, escritor e homem de letras Sócrates Bonfim poderia ter legado ao Amazonas uma imensa bibliografia, notadamente ao tempo dos anos 1940-1960, seja pela sua boa formação humanista como pela aguçada visão de desenvolvimento regional que gostava de expor em conferências, nas conversas em grupos de estudiosos e em artigos.

Advogado, professor da Faculdade de Direito do Amazonas, ao lado de Abdul Sá Peixoto, Alphego de Souza, Leopoldo Péres e Armando Madeira, dentre outros, não foi no campo das letras, entretanto, que deixou sua maior contribuição, mas na iniciativa privada e em grandes empreendimentos industriais.

Delegado da Associação dos Seringalistas junto à Associação Comercial do Amazonas, nos meados dos anos 1940 integrou o Partido Trabalhista, foi presidente da Associação dos Empregadores da Indústria da Exportação da Borracha, atuou na exportação de madeiras, no campo da mineração, estudou a produção de óleo de pau rosa, no Pará, e se envolveu em política partidária como candidato a deputado estadual em 1947 e depois a deputado federal, pelo Partido Trabalhista Nacional.

Representou a Associação Comercial em seminários e comissões de debates sobre o desenvolvimento regional, e, pelo seu prestígio dentre a classe empresarial, foi um dos oradores quando de visita de Getúlio Vargas a Manaus.

Uma de suas destacadas conferências foi proferido em Manaus, sobre *Planejamento em área subdesenvolvida*, bastante reconhecida pelos

estudiosos do tema, proferida perante professores, estudantes, economistas e políticos no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1959, fase em que muitos julgavam que se voltaria para a produção intelectual, mas, logo em seguida, viria a empenhar-se na criação da Usina Siderúrgica da Amazônia, sobre cujo assunto proferiu ampla exposição na Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, em 1960, em Belém, e para cuja iniciativa empenhou o melhor de seus esforços e muito do seu capital material, voltando-se em seguida, também, para a empresa Cimentos da Amazônia S/A.

Sua intensa e decisiva na elaboração do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, feito pela SPVEA ao tempo da direção administração do dr. Arthur César Ferreira Reis, nos primeiros anos de funcionamento da instituição, consolidaram, entretanto, o conceito Sócrates Bonfim como um homem de letras e determinado a participar da promoção do desenvolvimento regional.

O trabalho *Um esboço da vida amazônica*, agora incorporado às edições da Academia Amazonense de Letras, nesta série especial para a rede mundial de computadores, foi elaborado nessa fase de altos estudos regionais em que Reis procurava definir um planejamento surgido dos amazônidas e que fosse capaz de oferecer caminhos a novos tempos para a Região.

A Academia o inclui em sua galeria para honra de um dos ilustres membros titulares.

DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

O livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o “livro sem papel” muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

Casa de Adriano Jorge, setembro, 2021.

I N D I C E

	Pág.
Nota do autor	7
Um esboço da vida amazônica	11
A dispersão	17
As tentativas agrícolas	18
A exploração florestal deve ser mantida	23
Objetivos da valorização do vale amazônico	25
À margem dos planos de saúde e educação	28
Borracha	30
Juta	35
Recursos naturais da Amazônia	37
Recursos minerais	37
Recursos animais	38
Recursos vegetais	40
Celulose	42
Terebentina	43
Madeiras odoríferas	44
Gomas e resinas	45
Taninos e corantes	46
Inseticidas e plantas medicinais	46
Óleos	46
Crédito	48
Transportes	49
Esquema dos projetos a detalhar	51
Apêndice	55/62

NOTA DO AUTOR

“Um Esbôço da Vida Amazônica” foi um estudo apresentado à Conferência, realizada no Rio de Janeiro, de setembro a novembro de 1951, atendendo recomendação do Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, e tendo como Presidente e Coordenador, o Dr. Rômulo Almeida e como Secretário, o Dr. Artur Cesar Ferreira Reis.

A Conferência, realizada no Auditório do Ministério do Trabalho, congregou os chefes dos serviços federais relacionados com a Amazônia e algumas outras pessoas que, embora fora do serviço público, poderiam cooperar, útilmente, no esclarecimento dos temas ali discutidos. Daí a presença do autor.

Discutia-se, então, no Congresso, a regulamentação do dispositivo constitucional que concedia 3% da renda tributária da União à Valorização da Amazônia. Tencionava o novo Presidente eleito, Dr. Getúlio Vargas, cujos compromissos com a região datavam do DISCURSO DO RIO AMAZONAS, em 1940, esboçar de imediato um plano de tra-

balho, que pudesse ser pôsto em prática imediatamente, após a aprovação da lei que criaria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

A tarefa foi confiada ao brilhante economista Dr. Rômulo Almeida, então na direção da Assessoria Econômica da Presidência da República, e êste cuidou de reunir em debate as pessoas que pudessem ajudá-lo nesse propósito.

A Conferência foi proveitosa e produziu subsídios importantes aos trabalhos de desenvolvimento da área amazônica, realizados alguns anos após e nos quais tivemos oportunidade de cooperar.

A monografia, agora editada na COLEÇÃO ARAÚJO LIMA, é um desses subsídios. Pretende apresentar a conjuntura social da Amazônia, naquela época (1951), com algumas reflexões sobre sua evolução histórica e sobre sua estrutura social e econômica atual, em sintonia com as direções futuras do seu desenvolvimento. Essa linha de pensamento foi continuada na INTRODUÇÃO AO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL DA SPVEA.

Conquanto o pensamento do autor se tenha alterado em alguns pontos, desde então, principalmente quanto às diretrizes a eleger no processo de desenvolvimento amazônico, sua visão básica do complexo social regional permanece inalterada. A economia da região continua, predominantemente, configurada no extrativismo florestal e na atividade mercantil, mas a transição dessa sociedade extrativista e comercial, convertendo-se a um tipo de atividade agrícola e industrial, processa-se em vigor crescente. Aqui e ali, na verdade, criam perplexidades bem caracterizadas na evasão da população dos seringais para as margens dos rios e subúrbios das cidades, onde constituem grupos marginais, sem pro-

fissão ou ocupação definidas. Deixaram de ser extrativistas, porém não se tornaram agricultores ou operários industriais.

Um largo programa de obras federais e estaduais elevou, consideravelmente, as inversões totais feitas na região, equilibrando o deficitário balanço de contas regional e permitindo o acúmulo de poupanças privadas, a ampliação do mercado consumidor e a formação de indústrias locais.

Homens de govêrno e particulares estão assumindo consciência de suas possibilidades e de seu destino, o que nos dá, a todos nós, esperança de que a Amazônia esteja realmente no limiar de uma nova era.

**UM
ESBÔÇO
DA
VIDA
AMAZÔNICA**

Absorção política da Amazônia pelos portugueses e, depois, pelos brasileiros, foi função das linhas de transporte. Lógico que alcançar a Amazônia pelo lado do Atlântico era tarefa relativamente fácil, em função do curso natural e da navegabilidade dos rios. Aos espanhóis e seus sucessores o acesso à Amazônia sempre foi uma empresa penosa.

Históricamente, a Amazônia principia com a catequese religiosa e a aldeamento dos índios, dedicados a pacíficas tarefas de agricultura, pesca e extrativismo, destinadas à simples manutenção dos seus grupos. Nessa época, que compreende o século XVIII e princípio do século XIX, as populações dispunham-se pela margem dos rios, em zonas de fácil acessibilidade, na dependência íntima dos fatores de transporte.

De meados do século XIX em diante, a conquista territorial da Amazônia fêz-se acompanhando a seringueira e sua distribuição geográfica. As levas humanas que, em geral provindas do Nordeste, alcançaram a Amazônia, seguiram as linhas de dispersão do vegetal e localizaram-se onde o encontraram. Como a seringueira se distribuía na imensidade florestal de quase toda a Amazônia, dispersaram-se com ela e ausentaram-se das regiões onde era escassa.

Daí procede a ausência de concentrações humanas importantes na Amazônia, exceto as capitais, e o fato de que algumas zonas mais distantes dos centros de distribuição (Manaus e Belém) possuem densidade de população relativamente maior que zonas mais próximas desses centros.

A exploração de borracha foi feita, tipicamente, como uma exploração mineira, uma lavra de ouro ou diamantes.

Vieram para a Amazônia populações adventícias, tangidas pela ambição do enriquecimento e de um breve regresso. Voltaram os que venceram; a maioria deixou-se ficar, ou não pôde retornar à terra de origem, mas todos conservaram a mentalidade característica de acampamento do garimpeiro que ainda sonha com o golpe de fortuna e a volta a uma vida normal. Agricultores e criadores, em sua origem, nunca se adaptaram inteiramente ao ambiente florestal e, mesmo duas ou três gerações adiante dos primitivos colonizadores, sente-se que ainda não encontraram a fórmula do seu equilíbrio com a natureza. Naturalmente, isso é verídico apenas em relação ao nordestino e seus descendentes.

Desde o início, porém, e mesmo desde a época em que jesuítas e reinóis se empenhavam em basear sobre a agricultura a vida dos agrupamentos humanos em formação, a floresta, com a dádiva de seus recursos opulentos e riquezas de aproveitamento imediato, exerceu sobre as populações amazônicas uma profunda fascinação. Despovoavam-se as cidades com as levas dos que procuravam as riquezas da floresta. Ainda no século XVIII, a procura das cascas do cravo amazônico deu origem a um «rush» análogo ao que a borracha depois motivou, e tão extenso e profundo, que conduziu à extinção prática dessa árvore nas florestas do Baixo Amazonas, onde hoje constitui verdadeira raridade botânica. Um cronista de Silves, uma das mais adiantadas cidades do Baixo Amazonas na primeira metade do século XIX, traduz em palavras amargas o sentimento de desagregação dos núcleos sedentários acossados pela febre do extrativismo.

É evidente que o extrativismo oferecia a essas populações um nível de vida mais alto, que a agricultura rudimentar não permitiria, situação que continuou a mesma até recentemente, quando ocorreu a fabulosa alta de preço dos gêneros de alimentação, verificada no Brasil após a última guerra.

O extrativismo, aumentando a capacidade de aquisição das populações, numa região que nada produzia para atender suas necessidades, criou um próspero comércio local e multiplicou a importância dos centros de distribuição. Primeiro, expandiu-se Belém e depois Manaus. Eram os portos por onde entravam as mercadorias destinadas ao consumo da imensa região e por onde era exportada a sua produção.

Eram as sedes dos governos locais, donde emanava a autoridade que mantinha em certa harmonia as forças turbulentas dessa sociedade em formação. Nelas ficava o comércio de quem o extrativista recebia sua manutenção, o crédito que lhe permitia trabalhar em zonas de difícil acesso, para pagar um ou mais anos após. Ali eram pagos os impostos e dali partiam as linhas de navegação.

É prodigioso o sentido unitário que presidiu a essa organização. Nos três e meio milhões de quilômetros quadrados, que constituem a Amazônia Brasileira propriamente dita, nenhum centro de distribuição importante se constituiu além de Manaus e Belém, mesmo quando reunissem condições bastante favoráveis, como Santarém, Itacoatiara ou Parintins. As sedes municipais foram sempre, e por definição, apenas os lugares onde residiam as autoridades, desprovidas de qualquer outra significação econômica ou social. Belém e Manaus absorveram de maneira completa a vida social, econômica, administrativa, política e mental de toda a Amazônia, sem dar margem a qualquer projeção de autonomismo municipal.

Em parte, esse fato é consequência do próprio complexo econômico extrativista e também da relativa facilidade de comunicação proporcionada pelos grandes rios navegáveis.

A exploração extrativista era construída como uma grande expedição permanente. Os elementos necessários ao consumo da expedição eram reunidos e transportados aos lugares convenientes, os homens distribuídos pelas localizações adequadas, mantido nas épocas próprias o seu aprovisionamento e o transporte de sua produção, e assim era feita a safra, de resultados freqüentemente incertos. Operários e patrões trabalhavam a crédito, na dependência dos resultados da safra.

Naturalmente, um trabalho dessa complexidade não se faz ao acaso. Ele exige alguém que o planeje e execute com a energia e o espírito de organização essenciais ao sucesso do empreendimento. Esse alguém, o chefe da expedição, o patrão, tornou-se também o dono das terras onde a expedição se realizou e permaneceu formando os seringais atuais, por força da nossa defeituosa legislação, que permitia a concessão e venda de enormes extensões de terras virgens sem a obrigação do seu cultivo, nem sequer do seu aproveitamento integral.

Essa divisão da terra em enormes latifúndios e a natureza das relações existentes entre o patrão e o trabalhador extrativista, não deixam dúvida quanto à natureza feudal da instituição, que é a nossa propriedade rural amazônica. Dentro da realidade econômica e social do período em que ela foi formada, não vemos que outra poderia ter sido a solução no sistema de trabalho extrativista. A falha foi ter concedido como propriedade o que melhor seria usado como arrendamento.

Dêsse caráter da propriedade rural decorre a impossibilidade de vida municipalista. Cada propriedade é uma sociedade à parte, com economia própria, em comunicação direta (fluvial) com os centros de distribuição (Manaus e Belém). Esse fato, de lamentáveis conseqüências quanto ao autônomo local, trouxe, todavia, um benefício: permitiu a constituição de dois núcelos demográficos consideráveis, as duas capitais, maiores do que o permitiriam as condições demográficas da região, onde um padrão de vida mais alto permitiu a evolução de formas econômicas e culturais mais avançadas, por cujo intermédio podem encontrar expressão as tendências e aspirações da coletividade amazônica.

A economia extrativista, porém, não tinha condições que lhe permitissem sobreviver como ordem social. Executando um trabalho anti-social, porque realizado individualmente, dentro da floresta, em contradição com a natureza gregária do homem, não podia construir uma sociedade nem tinha em si perspectivas de futuro. Foi e é mantida pela necessidade de sobrevivência das populações que têm necessidades a cobrir.

Quando se iniciou o ciclo extrativista na Amazônia, o valor relativo dos produtos extrativos era consideravelmente maior do que o dos produtos agrícolas e dos objetos manufaturados. O valor médio de um quilo de borracha oscilava entre dois e seis dólares e, têrmo médio, adquiria 40 quilos de arroz, 45 quilos de açúcar, 10 quilos de café, 10 quilos de banha, 1 rêde, 10 metros de tecido grosso. Hoje e já depois dos últimos reajustamentos de preço, o mesmo quilo de borracha adquire 4 quilos de arroz, 4 quilos de açúcar, 1 quilo de café, 1 quilo de banha, 1/4 de uma rêde e 3 metros de tecido grosso. A capacidade aquisitiva do extrativista contraiu-se na mesma proporção.

Hoje, as atividades agrícolas, na Amazônia, tornaram-se mais remuneradoras que a exploração florestal e acentua-se a

tendência de fugir à floresta. Essa é uma das razões da rápida ampliação das safras de juta e da estagnação das safras de borracha. As safras de borracha, coincidindo com o período agrícola, não permitem ao seringueiro prover à sua subsistência, tendo, por isso, que adquirir ao «patrão», a preços que nem sempre são compensados pelo valor da safra. Daí resultam soluções intermediárias que aliviam o «deficit» financeiro do seringueiro à custa duma produção menor de borracha e duma lavoura incipiente, nenhuma das quais realiza produção satisfatória. Os seringueiros «cortam», em média, 70 a 80 dias por ano.

Está bem visto que não só essa razão influi nas safras de borracha. Há uma evidente tendência ao refluxo na massa humana que se internou na floresta. O homem da floresta sofre do que poderíamos chamar «o pathos florestal». Ele foge instintivamente ao isolamento. Grande parte do tempo do seringueiro é consagrada a visitas e festas, feitas, às vezes, a dias de viagem e nas quais procura, simplesmente, convivência social.

Maior, hoje, sem dúvida, o número de seringueiros do que o era há 40 anos atrás, porém menor a produtividade. O homem é diferente. Na época em que cresciam as safras de borracha, o seringueiro era, em geral, um retirante acosado pelas sêcas e pela miséria. Um homem rústico, acostumado a uma luta sem quartel pela subsistência. Arrastavam-no a ambição da riqueza e o sonho do regresso. O preço, relativamente alto, da borracha permitia-lhe a cobertura de suas despesas e a obtenção de saldos apreciáveis. Hoje, a capacidade aquisitiva do seringueiro permite apenas a cobertura de sua subsistência e as populações seringueiras são formadas, em maioria, por uma geração nascida no local, que não viu o quadro da seca nem tem a ambição de regresso, mas sente, simplesmente, os inconvenientes da vida na floresta.

O esboço da vida amazônica, traçado acima, não pretende registrar minúcias. Nem só de borracha vive a Amazônia. O caráter, a ocupação e as tendências da pequena massa humana disseminada pelo vale sofre variações, mas fundamentalmente são os mesmos para um seringueiro do Xingu ou do Juruá, para um castanheiro do Purus ou do Peru, para um balateiro do Trombetas ou do rio Negro. Há condições especiais nas zonas agrícolas incipientes em torno de Belém, Manaus ou Monte Alegre, ou nas zonas de

pastoreio, como Marajó, Rio Branco, Óbidos, Parintins ou Autazes. Mas são detalhes dentro do grande conjunto e tão integrados nas condições de vida específicas da região que seria difícil separá-los da realidade onipresente da grande floresta.

Há, na Amazônia, um temor generalizado entre as altas classes dirigentes a respeito das medidas que possam alterar o «status» social e o sistema econômico praticado na região e que tem como base o aproveitamento dos recursos florestais. O proprietário rural, acostumado às safras extrativas e desenganado, por fracassos sucessivos, das experiências agrícolas, não acredita que seja possível manter-se nem prover à subsistência de seus dependentes, a não ser com os sistemas e produtos tradicionais. O Poder Público, cuja manutenção depende da normalidade das arrecadações fiscais, teme a alteração da estrutura econômica, receando a conseqüente perturbação das receitas. As classes liberais, localizadas nos centros de distribuição da planície, alheiam-se ao problema ou não o penetram suficientemente e consideram o extrativismo como uma sorte de mal necessário. O drama do trabalhador florestal não encontra ressonância, a não ser literária, e essa mesma, pela deturpação dos fatos e pela incompreensão de sua causalidade, não constitui uma defesa do operário das florestas. Antes que isso, despertando susceptibilidades, reaviva o espírito de solidariedade entre as classes liberais e os dirigentes políticos, de um lado, e os proprietários rurais de outro lado, sabido que os primeiros são a fase urbana dos segundos, ou a segunda geração da burguesia comercial, sob cujo patrocínio se fizeram as explorações do «hinterland». Daí os programas que visam à defesa e prosperidade da propriedade rural extrativista como um todo, sem cogitar de sua evolução e transformação, considerando-a, portanto, uma instituição social estável.

Essa crença na praticabilidade indefinida do atual sistema econômico amazônico é dos mais difíceis aspectos da vida social nesta região. Muitos dos líderes sociais ou políticos da Amazônia consideram o latifúndio extrativista como uma solução inescapável ao problema de ocupação humana da região, e enquanto persistir tal crença essa instituição sobreviverá.

Sem dúvida que uma propriedade extrativa terá de ser, forçosamente, um latifúndio, em conseqüência da heteroge-

neidade da floresta tropical e das elevadas distâncias de um indivíduo vegetal a outro. Um seringal trabalhando com 30 seringueiros, por exemplo, que será, pelos padrões da região, um pequeno seringal, deverá dispor, pelo menos, de cerca de 9.000 seringueiros, ocupando aproximadamente 5.000 hectares. Conhecida a forma de organização da exploração extrativa, cuja direção é essencialmente unitária, facilmente compreende-se que o latifúndio é sua condição inerente.

Muitos desses latifúndios ocupam terras centrais, mas geralmente se distribuem ao longo das margens dos rios navegáveis, ocupando-as como áreas demarcadas ou como posses. Disso resulta que, ao longo dos rios, nos tratos mais ou menos explorados e povoados da Amazônia, e apesar de sua enorme extensão e insignificante densidade demográfica, não há mais terras disponíveis, que já não tenham um proprietário ou titular. Dentro desse sistema fechado, a pequena propriedade agrícola tornar-se-ia juridicamente impossível, se já não o fosse pela pressão econômica, pela tendência absorvente das grandes propriedades e pelo inteiro desamparo de recursos financeiros e técnicos que acompanha o homem da floresta.

A DISPERSÃO

Observando o conjunto da região amazônica, dois fatos são flagrantes que impressionam: as distâncias e a dispersão humana.

Os grupos humanos acham-se, de fato, perdidos dentro da vastidão territorial. Cruzeiro do Sul fica a perto de 4.000 quilômetros de distância de Manaus, o mais próximo centro de distribuição. Rio Branco a 2.500 quilômetros, Pôrto Velho a 1.500 quilômetros, Boa Vista a 1.000 quilômetros, Tabatinga a 1.600 quilômetros. De outra parte, o homem, disperso dentro dessa imensa área, com uma densidade demográfica global de apenas um indivíduo por dois quilômetros quadrados, na realidade uma família para cada dez quilômetros quadrados, luta pela vida, desprovido de qualquer meio mecânico de auxílio para dominar a natureza.

A fraca densidade demográfica não é, por si só, um fator que cause miséria ou prosperidade. Na Malásia, na Indo-China e em muitas outras regiões do mundo há áreas

densamente povoadas que não alcançaram índices de desenvolvimento e civilização satisfatórios. Pelo contrário, o adensamento da população força uma fase industrial que nem sempre sobrevém e torna-se um fator de miséria pela insuficiência dos meios de subsistência. Enquanto isso, regiões de pequena concentração demográfica têm, por vèzes, alcançado grande prosperidade. O Estado da Austrália Ocidental, por exemplo, com uma área territorial de 2.600.000 quilômetros quadrados e uma população de apenas 400.000 habitantes, portanto, com um índice de povoamento equivalente a apenas um têtço do índice amazônico, mantém populações econômica e culturalmente prósperas, apesar de que, sendo uma região sem rios, seus problemas de água e transporte são consideravelmente mais difíceis.

A dificuldade, portanto, não está no número de indivíduos, mas na sua falta de contigüidade, na sua inaptidão para construir comunidades de economia diversificada. Está no homem e no modo diferente pelo qual se agrupou e trabalhou. Está no seu equipamento, na educação que lhe permitiu utilizá-lo e na possibilidade que teve de fazer chegar a outras comunidades o resultado do seu esforço.

Por isso, encaramos o problema amazônico em função dos transportes e do equipamento que permita ao homem resistir à pressão da natureza e utilizá-la em seu benefício.

AS TENTATIVAS AGRÍCOLAS

Com base na história da região, podemos verificar que na Amazônia as comunidades agrícolas nunca tiveram grande prosperidade econômica. Nos arredores de Manaus e Belém há zonas agrícolas cuja produtividade foi sempre baixa. No Solimões, no local onde se encontra a Colônia Nacional de Bela Vista, houve, ao tempo da Defesa da Borraça, em 1912, a colônia do Caldeirão, da qual só resta a memória. Em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá, pela altura de 1920, formou-se a colônia agrícola do Japiim, que rapidamente alcançou uma população próxima a 10.000 habitantes, ou seja, metade da população total do Departamento do Alto Juruá, decaindo a seguir. Depois da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, várias famílias americanas se instalaram na região de Santarém, dedicando-se à agricultura, que depois foi sendo progressivamente abandonada por

elas próprias ou por seus descendentes. Outras tentativas foram feitas, mas sempre descontinuadas, com exceção das duas colônias japonesas de Parintins e do Acará, liquidadas pela ocorrência do estado de guerra entre o Brasil e o Japão.

Analisando os fatores que influenciaram no fracasso dessas iniciativas, vemos que eles residiam mais nas circunstâncias da conjuntura histórica, em que êsses empreendimentos foram tentados, e em certos erros básicos de orientação, do que na apregoada má qualidade das terras da região amazônica.

Em primeiro lugar, êsses empreendimentos, realizados em fins do século passado e primeiro quartel dêsse século, baseavam-se na agricultura manual, que tem como suporte a mão-de-obra barata. Essa mão-de-obra barata e de alguma forma afeiçoada àquele tipo de trabalho não existe nem existiu na Amazônia. O trabalhador, solicitado pela concorrência do trabalho florestal, de maior esforço, mas também de maior produtividade econômica, sempre optava pela floresta. Daí, numa região de pequena população, uma absoluta escassez de trabalhadores agrícolas.

Em segundo lugar, os preços dos produtos agrícolas, até o início da última guerra, foram comparativamente baixos em relação aos preços dos produtos florestais. O Prof. Giorgio Mortara, estudando a variação dos preços de exportação, no Brasil, no período de 1901 a 1949, encontrou que o valor da borracha aumentara, durante êsse período, 263%, enquanto o café subira 1.822%, o açúcar 1.133%, o arroz 961%, etc. Nesse mesmo período, a farinha de mandioca, base da alimentação regional, cresceu de preço 1.254%. Por essa comparação, podemos verificar que naquele tempo a produção dos gêneros agrícolas não era suficientemente remuneradora para encorajar o agricultor.

Em terceiro lugar, a agricultura foi sempre, na Amazônia, a mais financeiramente desamparada das profissões. O extrator florestal, cujos produtos se destinavam à exportação e cuja produção valiosa consumia mercadorias e produzia cambiais, teve sempre, nos centros de distribuição, um tratamento preferencial, desfrutando crédito a longo prazo e na proporção que precisasse. Sobre sua produção assentava-se todo um sistema de casas importadoras e exportadoras, ligadas a outras organizações do exterior e que, operando através de cartas-de-crédito por conta de vendas futuras, dispunham de recursos praticamente ilimitados. Ao

contrário disso, o agricultor não encontrou, e ainda hoje não encontra, nenhuma organização comercial ou de crédito que financie suas plantações. A posição financeira do agricultor é, por isso, intrinsecamente fraca e, a não ser nas ocasiões de escassez, sua produção está sujeita a violentas flutuações de preço.

Em quarto lugar, a agricultura, na Amazônia, carecia de orientação técnica adequada. O hábito agrícola não existia e ainda não se cristalizara na massa popular a experiência necessária ao trabalho de lavoura em terra nova e diferente daquela donde provinham os lavradores. Sempre fugindo ao rio, procuraram terras firmes enxutas, cujos problemas de cultivo eram mais difíceis, e tiveram contra si a circunstância de que as terras circunjacentes a Manaus e Belém, os mercados naturais de sua produção, eram em geral de má qualidade.

A isso tudo somava-se a circunstância de que essa população trazia hábitos alimentares definidos, adquiridos em outras regiões e usando vegetais exóticos aos solos e clima onde tentavam plantá-los. O milho, por exemplo, não medra bem nas terras firmes amazônicas, a não ser em certas regiões que, por infelicidade, estavam fora dos caminhos normais de penetração que acompanhavam a dispersão da seringueira. Essas zonas, como Alenquer e a bacia dos Autazes, por exemplo, têm pequena população, mas grandes possibilidades agrícolas. Seus solos roxos, vermelhos e pretos produzem cereais e outros gêneros alimentares sem grandes tratamentos culturais.

Sem dúvida, a qualidade de um solo tropical é sempre relativa, devido ao seu rápido esgotamento, pela insolação e lavagem pluvial, depois de desmatado. O aquecimento do solo acelera a decomposição da matéria orgânica a níveis maiores que sua reconstituição espontânea pelas bactérias, e o empobrecimento sobrevém, agravado pelo escoamento rápido das águas, dissolvendo e transportando elementos nutritivos minerais. Essa degradação, porém, é mais conseqüência de uma prática agrícola inadequada, que não evite ou limite a exposição do solo ao sol e à erosão, do que uma inaptidão intrínseca das terras agrícolas regionais.

Está visto que não se pode pedir a um solo que seja próprio a todas as plantas. Mais racional é nele cultivar apenas o que produza melhor, e nessa ordem de idéias seria mais lógico procurar aproveitar as plantas de sua vesti-

menta normal. Assim, por exemplo, nos arredores de Manaus cultivava-se a mandioca sem grande rendimento. Em tôdas as matas e capoeiras das cercanias de Manaus, entretanto, encontra-se, crescendo em estado silvestre, a batata mairá, prodigioso tubérculo que normalmente pesa 50 e mais quilos, achando-se individuos pesando até 200 quilos. Dessa batata os índios extraíam amido e refere Paul Le Cointe ter visto retirar de uma única batata 16 quilos de amido. Essa seria, para êste tipo de solo, a fonte natural dêsse material. Os civilizados não incorporaram a experiência índia, mas uma orientação técnica mais adequada deve procurar nesses vegetais rústicos, que espontaneamente se desenvolvem no meio, os elementos de sucesso para uma agricultura adaptada àquele tipo de solo e clima.

Muitas outras plantas silvestres da Amazônia poderiam ser adaptadas à fase agrícola com sucesso, algumas já domesticadas pelo índio, como a palmeira bacabaí, de pequeno porte, fácil de cultivar, frutificando abundantemente e produzindo um óleo tão semelhante ao óleo de oliveira que, depois de refinado, não é possível distingui-los. Da mesma forma a seringueira, a castanheira, a sorveira e muitos outros vegetais que seria ocioso enumerar.

A colonização japonêsa encarou êsse problema com mais propriedade e procurou basear sua economia sôbre vegetais vários, que provassem ser adequados ao clima e solos da região. Assim, introduziu as culturas da juta e da pimenta, cujo êxito conhecido comprova o acêrto da escolha. Como cereal, cultivaram, principalmente, o arroz, que encontra condições ótimas em tôdas as várzeas e muitas terras firmes, e do qual há, de resto, uma variedade silvestre que cresce, espontânea e abundantemente, nas várzeas baixas de extensas regiões, utilizado apenas para uso e gôzo de pássaros e outros animais.

Não há falta de bons solos na Amazônia para a prática extensa da agricultura. Mesmo sem discutir a qualidade das terras firmes, que em tão vasta região não podem ser encerradas em uma fórmula uniforme, há, na Amazônia, pelo menos 100.000 quilômetros quadrados de várzeas alagáveis nas enchentes, formadas do **alúvium** recente dos rios e sôbre cuja fertilidade e adaptabilidade a quase todos os tipos de cultura não há desacôrdo. O Prof. Gourou estimou essas várzeas em 15.000 km², mas há um manifesto engano nos cálculos em que se baseou. Há na Amazônia 40.000 quilô-

metros de rios navegáveis, com várzeas em ambas as margens em quase toda a sua extensão. Admitindo uma largura média da várzea de apenas dois quilômetros em cada margem, o que é de muito inferior à realidade, teríamos 160.000 quilômetros quadrados de várzeas. Há, porém, outros modos indiretos de fazer esse cálculo. No Estado do Amazonas todos os seringais produzindo borracha forte (de *hevea brasiliensis*) estão localizados na várzea, pois nesse Estado a terra firme é ocupada por outras espécies de hévea, principalmente *hevea gulanensis*. Produz o Estado do Amazonas milhões de quilos de borracha de *hevea brasiliensis* e, tomando por base a produtividade média do seringueiro nesse Estado, essa safra de borracha corresponde a mais ou menos 18.000 seringueiros. Ora, cada seringueiro usa, em geral, 300 seringueiras divididas em duas «estradas» e que ocupam em média 300 hectares, ou sejam, 3 km². Dezoito mil seringueiros utilizariam, portanto, 54.000 km² de várzea. Mas os seringais aproveitam, na realidade, menos da metade de suas disponibilidades de seringueiras, o que indicaria que só o Estado do Amazonas possui cerca de 100.000 km² de várzeas. Isso sem contar as bacias fluviais não habitadas pela seringueira (rio Castanho e outros) e várzeas restantes da Amazônia que terão pelo menos uma extensão igual.

Na floresta, no rio e na terra estão as chaves da vida amazônica. Na floresta encontram-se as matérias-primas já elaboradas e as plantas úteis, à espera da exploração e disciplina humanas. No rio, os princípios nutritivos que fecundam a terra de várzea todos os anos e os peixes e outros animais aquáticos, que são a base da alimentação amazônica. Na terra de várzea, por mercê do rio, estão resolvidos os problemas críticos de empobrecimento dos solos tropicais. É a terra fértil, fácil de trabalhar e sempre renovada, onde encontram o seu meio ideal as culturas de curto ciclo vegetativo, alimentares ou não, e muitas outras arbóreas, como o cacau e a seringueira.

Sem dúvida, a alagação anual traz à várzea problemas sérios, mas resolúveis, com a complementação da terra firme próxima e com um esquema adequado de vida e de trabalhos. É fácil observar que estão em várzeas as zonas agrícolas que na Amazônia puderam alcançar relativa prosperidade, apesar do primitivismo de seus processos de cultivo, como a região do Careiro, por exemplo.

A terra firme é a zona das florestas. Tem problemas específicos e mais difíceis e parece que sua função atual, no complexo amazônico, será dar base à morada do homem, refúgio ao homem e ao gado nos períodos de enchente e solo para o cultivo das espécies arbóreas que nela medram, espontaneamente, ou nela encontram o seu «habitat» natural.

A EXPLORAÇÃO FLORESTAL DEVE SER MANTIDA

O fato é que a floresta representa um patrimônio opulento e que não pode ser desprezado. É uma dádiva da natureza e a exploração de suas reservas permitirá, sem dúvida, à Amazônia e ao Brasil, resultados imediatos que outras atividades só lentamente produzirão. A solução a longo prazo, já indicada no «Discurso do Rio Amazonas», estará na conversão das atuais atividades extrativas a uma fase agrícola, através da disciplina dos vegetais silvestres pelo cultivo sistemático. Enquanto isso, e paralelamente, a floresta deve ser objeto de uma exploração metódica, destinada a cobrir as necessidades atuais de sua população.

Alguns dos produtos obtidos da floresta, a borracha, pelo menos, são essenciais ao equilíbrio da economia nacional. Não é possível descontinuar sua produção. O que é necessário, de imediato, é procurar aumentar a produtividade e a renda dos extratores florestais, ampliando o programa de suas colheitas com outros produtos encontrados na mesma área florestal em que trabalham: frutos oleaginosos, madeiras, gomas, cêras e inumeráveis outros produtos úteis, atualmente desperdiçados. Assim, por exemplo, todos os seringais de várzea possuem densas formações de palmeiras murumuru, cujos frutos oleaginosos contêm um óleo duro, largamente estimado e procurado, e produzem abundantes safras anualmente perdidas, de valor seguramente equivalente ao da borracha produzida nesses mesmos seringais.

O aproveitamento desses produtos tem seus problemas específicos, mas aquilo de que todos carecem é de uma assistência tecnológica adequada, quanto à forma de colhê-los, conservá-los e prepará-los, o seu beneficiamento, a sua utilização e o seu encaminhamento aos mercados próprios ou aos consumidores que por eles se interessam.

Uma multidão de produtos conhecidos e aparentemente de grande interesse comercial e industrial estão, na Amazônia, inteiramente por estudar. Cêras duras análogas à de carnaúba, como a de cauçu, planta herbácea de grandes folhas de meio metro de largura e cujo reverso é recoberto de uma camada de cêra dura e de alto ponto de fusão. Fibras como a de ituá, cipó grosso (até 20 centímetros de diâmetro), cujo caule é formado de camadas concêntricas de uma fibra mais resistente que qualquer outra do nosso conhecimento, sedosa e quase imputrescível. Óleos de secatividade tão alta quanto a do óleo de linhaça, como o compadre-do-azeite. Óleos secativos gelatinizáveis, semelhantes aos de tungue ou oiticica, como o da castanha-de-cotia. Óleos de constantes químicas idênticas ao óleo-de-oliveira, como os de patauí e bacaba. Cêras animais brancas, translúcidas e duras, como as produzidas por certos insetos que habitam as umbaúbeiras. Gomas abundantíssimas, como as do caucho macho (não é borracha), uma das mais frequentes árvores da floresta e que produz 60 a 80 litros de «látex» em uma única planta e um único «corte». Madeiras inumeráveis e para todos os fins. Esses e muitos outros são exemplos do que poderia resultar do trabalho de uma instituição especializada em pesquisas florestais.

Em contato com a natureza amazônica, tem-se a impressão de que o que poderia dar de melhor ainda não foi tocado. Até agora, o característico da economia amazônica foi procurar na Amazônia produtos similares aos de outras zonas tropicais e para os quais já havia mercado formado. As balatas, os chicles, o mogno, a piaçava, o óleo-de-pau-rosa e tantos outros produtos mais são a imitação amazônica de matérias-primas análogas que já dominavam os mercados mundiais antes que as nossas aparecessem. Essa orientação é errônea porque deixa de procurar e produzir o que é intrinsecamente bom, para adotar o que é comercialmente mais fácil. Ela reflete, entretanto, a falta de aparelhamento técnico em que temos vivido, em contraposição com a formidável organização de investigação e experimentação, que ingleses e holandeses montaram, para desenvolvimento de suas colônias tropicais.

A floresta amazônica, construída pela natureza em milhões de anos, constitui por si própria um imenso campo experimental. Podemos e devemos utilizar os resultados dessa experimentação natural, e para isso precisamos de um

Instituto de Pesquisas Florestais, que apreenda, estude e vulgarize o que a floresta tem de útil, não só como aproveitamento imediato, mas ainda conformando ao hábito agrícola as plantas silvestres úteis. O que foi feito com a seringueira poderá ser feito com outros vegetais.

OBJETIVOS DA VALORIZAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO

Valorizar a Amazônia deve significar valorizar o homem que trabalha na Amazônia, permitindo-lhe vida de níveis econômicos e culturais mais altos e, ainda, complementar, com os recursos do vale, a economia do Brasil e do mundo. Esse é um empreendimento que deve ser concebido em função da unidade nacional.

Para guardar seqüência lógica, a elaboração desse projeto deveria partir de uma análise e definição do tipo de sociedade e ordem econômica desejáveis ou realizáveis na região, onde, como é natural, vários tipos de ordem social seriam possíveis.

A atual é uma sociedade extrativista irradiada em torno de centros de distribuição comercial, Manaus e Belém, onde estão os seus ecúmenos. Sua finalidade é o comércio exportando sua produção e importando o seu consumo. Sua economia é deficitária, porque adquire seu consumo dentro do país a preços altamente inflacionados e vende parte de sua produção fora do país a preços com menor inflação, suportando, além disso, a concorrência de similares produzidos em países onde a mão-de-obra é mais barata e a moeda foi desvalorizada.

Essa ordem social é instável, porque o resultado deficitário de sua produção não mais exerce sobre a população florestal atração suficiente para conservá-la na floresta e ela principia a refluir aos centros povoados e à margem das vias de comunicação. O fator que destrói essa sociedade é o alto custo de vida conseqüente à importação do seu consumo, à grande extensão e dificuldade de suas vias de comunicação, ao número elevado de intermediários no seu processo comercial e ao fato de que a propriedade florestal, trabalhando em geral com um número pequeno de operários, tem de fazer recair sobre eles o custo total de sua dispendiosa manutenção. Seu caráter anti-social, exigindo

a dispersão dos indivíduos como método de trabalho, tende a desagregá-la pelo retorno espontâneo das populações ao ambiente social.

Difícilmente, esse tipo de sociedade alcançará uma forma de equilíbrio. Todavia, essa estabilidade poderá ser tentada, se a sistematização da produção florestal, com a ampliação e diversificação dos artigos efetivamente explorados, e sua industrialização dentro do vale, aumentar a produtividade do extrator e se o processo comercial simplificado, a eficiência e o barateamento dos transportes, a produção de gêneros de alimentação dentro da Amazônia (em zonas especializadas, pois o trabalho extrativista é incompatível com o trabalho agrícola) e a evolução industrial dos centros de distribuição permitirem um custo de vida mais baixo.

Outro tipo de sociedade possível seria uma com base agrícola, concentrada em zonas favoráveis do vale, dedicada ao cultivo de espécies úteis, à autonomia alimentar e ao esforço de adaptação agrícola das plantas silvestres. Essa sociedade seria muito mais fácil de construir. Seus problemas de educação e saúde seriam muito menores e sua economia mais estável. Por esse modo se desenvolveriam, industrial e agricolamente, os atuais ecúmenos da região, formando zonas de ocupação efetiva, cuja ampliação iria progressivamente incorporando o conjunto do vale ao seu sistema econômico.

Essa última solução, porém, em face dos fracos índices demográficos da região, poderia implicar em uma desocupação territorial das zonas menos acessíveis da Amazônia, sacrificando atividades vitais para a economia nacional, como a produção de borracha, o que, pelo menos no momento, não seria desejável. Daí a impraticabilidade de soluções absolutas e a conveniência de usar processos intermediários, partindo da realidade atual, que não pode ser abandonada rapidamente, e alcançando progressivamente as finalidades visadas.

A exploração florestal deve ser mantida por várias razões. Bem ou mal, satisfeita ou não, é dela que vive a maior parte da população amazônica: extratores, populações comerciais urbanas, aparelhamento administrativo (Estados e Municípios). Dela também depende a produção de borracha, essencial à economia do país. Além disso, a floresta encerra, prontas e elaboradas, matérias-primas cujo

aproveitamento é a única base atual, concreta, para a elevação dos níveis econômicos da região.

Só será possível, porém, explorar com sucesso essa floresta, se o extrator florestal obtiver do seu trabalho uma renda maior e se dispender menos com sua manutenção, tornando sua atividade suficientemente atrativa para que se converta em ocupação permanente. Mas a habitação isolada na floresta não pode ser definitiva e deve, portanto, ser preparada a transição agrícola que há-de permitir-lhe, a ele próprio e a seus filhos, prosseguir as mesmas atividades, já em fase agrícola, dentro de um futuro razoável.

Nessa concepção, o trabalho florestal coexistiria com a formação de zonas agrícolas que absorveriam as populações florestais, à medida que elas espontaneamente se deslocassem de suas ocupações atuais. Essas zonas agrícolas se disseminariam por toda a área do vale amazônico, pelo menos em todos os seus rios principais com população apreciável. Não deveriam ser constituídas por colônias agrícolas, ao estilo das Colônias Nacionais, mas sim por «campos de cooperação», em que um agrônomo e dois ou três práticos de trabalhos agrícolas, equipados com o instrumental necessário ao seu serviço, executassem, em conjunto com os lavradores locais, os trabalhos de cultivo e lhes ensinassem o uso de máquinas e processos modernos de lavoura. Quando os lavradores alcançassem suficiente conhecimento e prática, o equipamento seria deixado em suas mãos, possuído sob a forma de uma cooperativa de produção, e o «campo de cooperação» iria trabalhar com outro grupo de agricultores para o mesmo fim. A não ser sob essa forma de cooperação e ensino efetivo, não vemos outra forma de vulgarizar conhecimentos agrícolas entre populações em grande parte analfabetas e que não poderão aprender por leitura ou vagas instruções. Mesmo que o material humano para essa obra não seja abundante, qualquer que seja a extensão em que esse trabalho de cooperação seja praticado, ele tenderá sempre a multiplicar-se pelo exemplo. Por essa forma, seria, gradativamente, conseguida a auto-suficiência alimentar das zonas do interior, reduzindo o encargo das linhas de transporte e barateando e melhorando a qualidade dos alimentos. Também por esse modo pode ser dado impulso ao plantio da seringueira e do cacaueiro, ambos vegetando em forma silvestre na maioria das várzeas dos rios amazônicos, e da juta e outros vegetais de importância econômica

À MARGEM DOS PLANOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

As questões de saúde e educação das populações amazônicas acham-se intimamente ligadas à sua condição social e econômica. É evidente que o Estado não pode assistir ao homem disperso. Já Osvaldo Cruz enunciou essa verdade em 1912, quando incumbido de organizar um plano de saúde para o Serviço de Defesa da Borracha. As armas do saneamento são planejadas para núcleos humanos de certa densidade.

O meio, em muitas regiões, é salubre, como por exemplo, ao longo de toda a margem do rio Amazonas, mas a condição de saúde dos indivíduos é, em geral, precária. A malária é freqüente, mas comumente benigna. Sífilis, lepra, leishmaniose são graves, sem ter o relêvo nem a disseminação que se lhes tem querido emprestar. As doenças mais freqüentes e que geralmente afligem o homem do interior são as do aparelho digestivo, inclusive verminoses, e processos de carência alimentar. A alimentação é geralmente má em qualidade e incerta em quantidade de horários. A água, colhida nos rios e lagos, é rica em matéria orgânica e responsável por muitas moléstias, em grande parte indeterminadas.

A saúde não será devolvida a essa população pelo simples ato de ministrar-lhe remédios. Curado, embora, pela ciência e a habilidade dos médicos, o doente será restituído aos hospitais pela prevalência das mesmas causas no meio em que vive. O problema de saúde está, por isso, ligado ao complexo social-econômico da região e poderia ser resumido em grandes linhas, como: melhor capacidade aquisitiva, melhores alimentos, melhores hábitos de vida. A capacidade aquisitiva pode ser-lhe dada pela prosperidade da região, que é objeto do próprio Plano de Valorização. Os alimentos melhores serão trazidos por uma agricultura local eficiente e diversificada. Os hábitos de vida mais próprios são um problema de educação, que por sua vez só pode ser ministrada em sociedade.

Realmente, os programas sanitários só podem ser aplicados com eficiência nos núcleos urbanos e nas zonas rurais de população densa, onde saneamento e assistência efetivos podem ser dados sob a forma de trabalhos de engenharia

sanitária, hospitais, etc. Na grande área extrativista, a assistência médica só alcançará efeitos práticos se exercida através de postos itinerantes ao longo dos rios, com uma tabela de escalas em dias certos e por tempo certo e que seja previamente conhecida dos habitantes da região.

A educação primária é ministrada sob a forma genérica e impessoal, conforme se ensina em todo o Brasil. Os alunos aprendem a ler, escrever e contar, e se vão mais adiante aprenderão línguas modernas ou mortas, matemáticas, ciências naturais, geografia, história do seu país e dos países alheios, desenho, canto coral, mas nada aprenderão sobre os fatos comuns da vida diária, sobre seus hábitos alimentares, ou sobre sua higiene pessoal, sobre o seu modo de viver, de habitar ou de trabalhar.

Essa a falha maior de nossa educação. As crianças são receptivas e é tempo de nelas ir moldando os atributos do homem de amanhã. Para êsse fim, porém, teriam que ser preparados os professores e adaptado o ensino das escolas normais. Melhor ainda seria criar um ensino rural especializado, formando uma carreira mais bem remunerada do que o professorado das cidades e que difundisse no interior conhecimentos úteis, ao mesmo tempo que a alfabetização. Essas escolas deveriam ter cursos separados para crianças e adultos. Há grande dificuldade em obter professores para o interior, onde as péssimas condições de vida convertem a permanência dos professores em um penoso degrêdo.

Especial ênfase deve ser dada à educação profissional, principalmente no que se refere ao trabalho de metais e madeiras, e à condução de máquinas, motores e dispositivos elétricos, essenciais à movimentação da vida moderna e a um trabalho mais produtivo. O problema da aprendizagem nos vários ramos da mecânica é crítico na região, pois as oficinas evitam admitir aprendizes, aos quais teriam de pagar por sua aprendizagem. Vem daí a gradativa diminuição do número de mecânicos profissionais suficientemente habilitados, o que se reflete na redução de eficiência das instalações industriais, dos serviços públicos e da navegação fluvial.

Assim, também, o ensino de agronomia e veterinária, de capital importância em uma região que aspira a realizar sua fase agrícola, e o de medicina e algumas especialidades de engenharia (construção civil, mecânica, eletricidade, química industrial) são complemento essencial ao plano educativo.

BORRACHA

O problema da produção de borracha está contido no problema geral da exploração florestal e com êle submetido à mesma condição de crise permanente. Seduzidos por preços compensadores, os extratores poderão produzir maiores safras, mas, tanto quanto pode ser previsto, não conseguirão fazer face ao vertiginoso aumento de consumo da indústria nacional. Em regra, o seringueiro que «tira saldo», isto é, realiza uma safra sem déficit, e obtém um pecúlio que lhe permita trabalhar em outra ocupação, abandona o seringal. Esse é o lado crítico dessa atividade: ela não é realizada em caráter permanente. Sem dúvida que um preço remunerador trará a esse trabalho outros extratores e as safras tenderão a crescer, mas uma solução cabal, definitiva, ao problema do déficit, só poderá ser obtida pela borracha de plantação.

Tem-se cogitado dos motivos pelos quais, depois de quase dez anos de criados o Instituto Agronômico do Norte e o Banco da Borracha (*), ainda não há plantação de seringueiras na Amazônia. Têm sido procurados culpados e trocadas acusações nem sempre justas.

Muitos motivos contribuíram para esse resultado. Desde princípios deste século que se fizeram plantações de seringueiras em tôdas as regiões da Amazônia. Não é exagero afirmar que há muito mais de um milhão de seringueiras plantadas e em plena produtividade. Só na zona mais próxima de Manaus, às margens dos rios Solimões e Amazonas, entre as embocaduras dos rios Purus e Madeira, há seguramente meio milhão de seringueiras de cultivo. Essas plantações, feitas de pé franco, têm pequeno rendimento, pois uma «estrada» de 150 dessas seringueiras produz 3 a 6 litros de látex, contra 10 a 40 litros em uma «estrada» de seringueiras silvestres.

Muitas dessas seringueiras foram plantadas com as sementes das melhores árvores dos seringais dos altos rios. Mas se evidencia que a nossa seringueira é uma árvore da floresta, onde ela vive em uma determinada associação vegetal, e retirada dessa associação de plantações puras, fora

(*) O Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia pela Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950.

da sua sinécia natural, não se desenvolve satisfatoriamente. Mesmo em bons solos de várzea, mesmo nas férteis argilas do Acre, as plantações de seringueiras não apresentam a exuberância nem a produtividade dos espécimes silvestres. Com a queda dos preços da borracha, nos períodos 1914/1923 e 1930/1938, essas plantações tornaram-se desinteressantes, por seu baixo rendimento, e não foram continuadas.

No Oriente, porém, o problema de adaptação dessa planta silvestre ao hábito agrícola foi enfrentado pela extraordinária organização agronômica montada por ingleses e holandeses, para sustentáculo de suas culturas tropicais, e inteiramente resolvido. Há 30 anos, as plantações de seringueiras do Ceilão registravam médias de produtividade de um quilo de borracha por árvore e safra. Hoje, as modernas plantações da Malaca, Indonésia e Indo-China alcançam a média de 6 a 7 quilos por árvore. A sucessão das gerações em regime de cultivo, a seleção das sementes e, principalmente, o uso extensivo da enxertia haviam criado nova espécie agrícola.

No Brasil, esse problema havia sido enfrentado apenas pela Empresa Ford, em suas plantações do Tapajós, localizadas com estranhável infelicidade; pois trabalhando com uma planta notavelmente hidrófila, como a seringueira, que tem seu «habitat» nas várzeas alagadiças dos baixos rios e nas terras firmes, úmidas, dos altos rios, fez suas plantações em uma das zonas mais secas da Amazônia. Ao fim de 20 anos, a Empresa Ford criou algumas raças novas de seringueiras, reputadas de alta produtividade e menos sensíveis ao ataque de fungos, e descontinuou suas operações, entregando seu acervo ao Governo Brasileiro em uma operação simbólica. O mérito real das raças que criou ainda está por ser provado em novas culturas.

De qualquer forma, tínhamos disponíveis para plantação clones de raças brasileiras criadas pela Empresa Ford, os clones que precisássemos de raças do Oriente e, ainda, sementes clonais da América Central, Libéria e Oriente. Nenhuma plantação se formou, porém.

Primeiro, foram longamente discutidos os métodos de cultivo, opinando alguns círculos pelo plantio direto das sementes, em contraposição à opinião do Instituto Agrônomico do Norte, que advogava formação dos seringais por enxertia.

Quem conheça os seringais de plantação existentes não pode ter dúvidas de que não resistirão a um período de preços baixos, ou se o fizerem será à custa de uma vida miserável para quem os trabalhar. Os seringais de plantação devem ter produtividade suficiente para suportar a concorrência das zonas coloniais de salários baixos, sem o que não será possível a elevação dos padrões de vida na Amazônia. Essa produtividade alta e uniforme não pode ser obtida pelas plantações de pé franco, pois a seringueira, como muitas outras árvores, não transmite todos os seus caracteres pela semente. Em uma plantação de seringueiras do rio Solimões, há uma seringueira produzindo, sozinho, em cada dia de corte, um litro de látex, mas junto a ela está uma plantação inteira de seringueiras de suas próprias sementes, medíocres produtoras, como a generalidade.

Sem dúvida que plantações extensas feitas de enxertia induzem problemas complexos quanto à formação de plantações, o fornecimento das borbulhas, a formação dos enxertadores profissionais e a assistência em geral a esse trabalho, feito em meio a uma população cujo caráter não é predominantemente agrícola. Mas essas dificuldades teriam sido resolvidas e as plantações, enxertadas ou não, teriam sido feitas, se não houvesse outras razões que as impedissem.

Essas razões foram o desinteresse pela produção de borracha e a ausência de financiamento às plantações.

Em 1950, a indústria nacional de artefatos de borracha, súbitamente, deu-se conta de que a produção nacional se tornara inferior às suas necessidades. Formou-se, então, a atroada pela produção de mais borracha.

Quando terminaram os Acordos de Washington, em 30 de junho de 1947, a produção nacional, que crescera de ano em ano, alcançara 32.405 toneladas, contra um consumo de 17.689 toneladas. Foi votada, então, a lei 86, de 9 de setembro de 1947, que sustentava os preços da borracha, ampliava as atribuições do Banco da Borracha e exonerava a indústria do encargo de formar os seus estoques, conferindo ao Banco a obrigação de abastecê-la no próprio local de consumo.

Não tinha o Banco recursos suficientes para manter os estoques e comprar as novas safras, e viu-se obrigado, para fazer face a essa situação, a converter parte do preço

da borracha entregue pelos produtores em títulos para resgate futuro, e empreender um programa de redução das safras, cortando os financiamentos aos seringueiros aos limites compatíveis com a liquidação dos débitos pendentes. Ainda no exercício de 1949, com recursos totais de 526 milhões de cruzeiros, os empréstimos rurais do Banco da Borracha alcançaram apenas 24 milhões de cruzeiros, ou sejam, 5% sobre o valor da safra desse ano. Em 1950, com disponibilidades totais de 565 milhões de cruzeiros, os empréstimos rurais montaram a 38 milhões de cruzeiros. Por outra parte, em 1948, o Banco iniciou a retenção de 40% do preço da borracha recebida, para pagamento vários meses após, e à proporção que sua situação financeira melhorava foi gradualmente reduzindo essa imobilização até 5%. Mas as últimas parcelas de 5% foram pagas em janeiro de 1951, quando já corria pelo país o clamor da falta da borracha.

Ora, é evidente que nenhum produtor se abalancharia a tentar plantações de um gênero em superprodução e que lhe aconselhavam a produzir menos, e do qual não conseguia sequer receber o preço integral.

Por outra parte, uma plantação de seringueiras inicia sua produção sete anos após o plantio e isso mesmo em escala reduzida. É, portanto, um trabalho a ser feito com financiamento especial a longo prazo e juros módicos. Como esperar do Banco da Borracha que fizesse esse financiamento, em uma época em que não tinha disponibilidade sequer para pagar a borracha que recebia?

Agora, com um interesse novo pela borracha e se o Banco de Crédito da Amazônia fôr equipado com os recursos necessários, esse programa de plantio da seringueira poderá ser levado adiante. Muitos fatores garantem-lhe sucesso e o maior deles está na afinidade sentimental que existe entre a população amazônica e a borracha. Historicamente, a borracha foi um símbolo de prosperidade e de lucro e há, latente, na alma de cada homem amazônico, a crença de que continuará a sê-lo.

O Banco de Crédito da Amazônia, todavia, ainda não está aparelhado dos recursos necessários para enfrentar o seu programa de trabalhos. Basta dizer que em 30 de junho passado, tendo recursos totais de 526 milhões de cruzeiros (capital, reservas, fundos vários, depósitos), tinha imobilizados em estoque de borracha 296 milhões de cruzei-

ros, ou sejam, 56% de suas disponibilidades. Esse encargo dos estoques não pode ser reduzido, pois representa o trânsito natural da borracha, desde o momento de ser recebida do produtor até o momento de ser entregue à fábrica. O que resta é absorvido, em maior parte, por operações comerciais na Amazônia e no sul do país, sobrando pequena margem para financiamento direto à produção e seguramente nada para formação de plantações com retorno a 8 ou 10 anos de prazo.

Em parte, as dificuldades do Banco de Crédito da Amazônia estão nos defeitos do nosso próprio sistema bancário. Qualquer Banco de descontos pode refazer suas disponibilidades de numerário, levando à Carteira de Redescontos os efeitos comerciais que descontou. Todavia, os estoques de borracha, que representam uma garantia muito mais efetiva que qualquer papel comercial, não podem obter esse benefício. Ficam assim os recursos do Banco de Crédito da Amazônia reduzidos, na realidade, a 44% do seu volume escritural. Talvez fôsse uma solução para isso depositar essa borracha em armazéns gerais, quer nos centros de beneficiamento, quer nos de consumo, e operar na Carteira de Redescontos, dando como garantia os certificados de depósito. De qualquer forma, enquanto esse impasse não fôr resolvido, o Banco da Amazônia terá suas possibilidades financeiras reduzidas de metade.

Não parece acertada a idéia de definir zonas em que o plantio da seringueira deva ser feito: Guamá, Acre, Alto Madeira, Fonte-Boa, como sugeriu o Instituto Agrônomo do Norte. Acreditamos que essas regiões possam reunir requisitos particularmente favoráveis e que é função técnica daquele Instituto orientar os interessados. A urgência e amplitude do problema não justificam, entretanto, limitações dessa ordem e será conveniente que sejam apoiadas, administrativa e financeiramente, tôdas as pessoas que se queiram dedicar à tarefa de plantar seringueiras, em qualquer região em que se encontrem, esclarecidas, naturalmente, pelos técnicos, das inconveniências de certas localizações. Há abundância de terras boas para o cultivo da seringueira, a principiarem pelas várzeas de todos os rios e muitas de suas terras firmes. Há na região um interesse generalizado por esse tipo de cultivo. Falta apenas um sistema de crédito adequado e uma assistência técnica real. A melhor maneira de plantar a seringueira seria, talvez, nos

«campos de cooperação» a que aludimos em outro local destas reflexões.

O lavrador, que plantar a seringueira, terá de viver de outra atividade agrícola, durante o período de crescimento daquela. Os «campos de cooperação» lhe proporcionarão essa possibilidade e, quando as seringueiras se tornarem produtivas, os cultivos colaterais provavelmente não mais serão abandonados, pois as «estradas» de plantação são freqüentemente «cortadas» por mulheres e crianças.

O plantio das seringueiras dentro da floresta, onde é espontânea e onde poderia encontrar condições ótimas de desenvolvimento, não seria racional. Seria uma forma de fixação das insustentáveis condições sociais em que trabalha o seringueiro.

A produção da borracha de plantação será realizável a longo prazo. O crescimento do consumo nacional de borracha faz-se em rápida progressão e as condições peculiares do país sugerem que êsse ritmo de crescimento seja conservado, como uma decorrência das distâncias, da escassez de estradas de ferro, da expansão rodoviária e do próprio desenvolvimento da produção agrícola e industrial. Provavelmente, dentro de 15 anos, o Brasil consumirá 150.000 ou mais toneladas de borracha. Essa será a produção de 50 milhões de seringueiras e para alcançá-la será preciso um programa de plantio de 5 milhões de seringueiras anuais. Sabido que cada seringueiro de plantações necessita de 1.000 árvores (500 para o corte de cada dia), será preciso que 5.000 pessoas se dediquem, cada ano, ao plantio dessa árvore. O investimento necessário a tão vasta operação de cultivo deverá orçar em mais de um bilhão de cruzeiros (estimativamente), e ao fim dêsse tempo terá reunido 50.000 famílias em seringais de plantação. Só as verbas de valorização amazônica poderão cobrir tão grande investimento, mas dentro dos recursos humanos da região êsse esforço seria possível.

J U T A

Introduzida pelos japoneses antes da grande guerra, a juta rapidamente ocupou um lugar de relêvo na economia da Amazônia. A planta encontrou seu solo ideal nas várzeas dos rios e a alta de preços nos mercados interno e in-

ternacional criou um enorme interesse pelo seu cultivo, nas populações ribeirinhas. De algumas centenas de toneladas, há dez anos atrás, sua produção subiu às 22.000 toneladas do ano corrente (1951).

A juta representa na Amazônia o único cultivo de curto ciclo, realizado por métodos manuais, que permite lucros extraordinários. Na economia da região, representa a transição entre o extrativismo e a agricultura e tem continuamente deslocado para esta muitos trabalhadores florestais.

Remunerador que seja, o crescimento das safras de juta caminha para uma estagnação, por falta de braços. O plantio da juta é uma operação relativamente fácil e seria possível, com os recursos humanos existentes, atingir safras de grandes proporções. Não assim sua colheita, que exige uma enorme soma de braços. As varas de juta são cortadas nos jutais e transportadas à água dos rios e lagos, onde são maceradas durante um período normal de três semanas. A seguir, as cascas são separadas a mão dos talos lenhosos e lavadas, para limpeza das mucilagens formadas pela maceração, e as fibras são postas a secar ao sol. A operação de transporte das varas cortadas para os locais de maceração é penosa, bastando dizer que uma safra de 22.000 toneladas de fibras é obtida de cerca de 300.000 toneladas de caules verdes, transportados manualmente para a água. A operação de maceração e lavagem, insalubre porque realizada pelos trabalhadores permanentemente dentro d'água, demanda uma grande soma de braços, que nem sempre estão disponíveis, o que resulta freqüentemente, no inaproveitamento parcial dos jutais.

As safras de juta poderão alcançar, na Amazônia, grandes proporções, com a condição de que o transporte dos caules e a lavagem das fibras sejam realizados mecânicamente. Já há processos conhecidos para obter essa modificação de métodos e já estão sendo experimentados dentro e fora do Brasil. Urge aperfeiçoá-los e vulgarizá-los para que as safras possam manter o seu ritmo de crescimento.

Também é necessário introduzir entre os plantadores de juta conhecimentos sobre a rotação das culturas. A juta é uma planta esgotante e, mesmo na várzea, não pode ser plantada mais de três anos seguidos no mesmo local. Isso também acontece no delta do Ganges, onde cada safra de juta se alterna com duas safras de outros vegetais.

As safras de juta não tem tido crédito bancário apreciável. Todavia, como é um produto de exportação, os juteiros têm obtido um certo apoio financeiro das casas exportadoras, o que permitiu a expansão de seu cultivo. Mas é essencial prover crédito aos juteiros na proporção e tempo necessários ao normal desenvolvimento de sua cultura.

RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA

Os recursos naturais da Amazônia estão em sua maioria em estado potencial. Região dedicada ao extrativismo, suas populações procuraram na floresta o que seria facilmente comerciável, por analogia com produtos de outras regiões. Não houve atividade científica apreciável, investigando os recursos da floresta, e a própria identificação botânica dos vegetais ainda está em grande parte por fazer, apesar do trabalho ciclópico de alguns poucos cientistas, entre os quais merece destaque especial o Dr. Adolfo Ducke, que consagrou sua vida inteira a essa tarefa.

O campo reservado a estudos é, por isso, muito maior e mais promissor do que o das realizações imediatas em recursos suficientemente conhecidos. Assim, o equipamento científico da região para um programa de pesquisas na natureza amazônica é de importância fundamental. Muitos recursos são conhecidos de forma inadequada à sua utilização industrial imediata; outros pendem de aproveitamento, em uma fase agrícola, para atingir a qual ainda deverá ser resolvido o problema de adaptação das plantas silvestres ao hábito agrícola; outros dependem da determinação de sua utilidade real ou da sua separação em componentes úteis; outros de procura de mercados próprios ou de processos de beneficiamento ainda não conhecidos.

RECURSOS MINERAIS

Afora ouro aluvial e algumas formações diamantíferas, situadas ao norte e sul da Amazônia, ou únicos jazimentos minerais susceptíveis de pronto aproveitamento são as jazidas de manganês do Amapá, o gás natural de Itaituba, o linhito do Alto Solimões e os jazimentos de gipsita no rio Acre e cercanias. O manganês do Amapá já tem pro-

jetos concretos de aproveitamento. O gás natural de Itaituba poderá dar combustível para a fabricação de cimento e cal, utilizando calcários da mesma região. O linhito do rio Solimões aparentemente não poderá ter aproveitamento imediato, pela distância em que fica dos possíveis centros industriais da planície, mas a potência dos seus jazimentos e os seus processos de beneficiamento deveriam ser estudados tendo em vista a formação de uma nova área de concentração demográfica na zona do Alto Solimões, onde as condições para o plantio da seringueira são particularmente favoráveis. Nessa zona as terras são salubres e férteis e a abundância de combustível (proximidade dos poços petrolíferos peruanos), reunida à facilidade de comunicações (navios de alto mar sobem o rio Amazonas até Iquitos), tornam-na favorável à formação de novo centro de populações densas. A gipsita do rio Acre depende de um problema crítico de comunicações. É de notável pureza e suas vias de escoamento terão de ser estudadas.

RECURSOS ANIMAIS

Afora a criação de animais domésticos, que deve ser objeto de uma análise especial, os recursos animais aproveitados na Amazônia são os resultados da pesca e caça, que na vida de uma região extrativista têm uma importância excepcional.

A pesca na Amazônia é uma atividade dominante e que fornece à população a maioria de suas necessidades alimentares de proteínas e de vitaminas. Não há meios de calcular o volume anual da produção de pescado, mas suas águas, ricas de plâncton, abrigam uma prodigiosa variedade de peixes, muitos de grande porte. Um desses peixes, o pirarucu, é objeto de uma industrialização de certa importância, alcançando a produção de pirarucu sêco salgado talvez 7 ou 8 mil toneladas anuais, em sua quase totalidade consumidas dentro da própria região.

O pirarucu (pêso médio 50/60 quilos, excepcionalmente 100 e mais quilos), e o tambaqui (pêso médio 15 quilos, excepcionalmente 40 e mais quilos) são peixes quase desprovidos de espinhas e que se prestam facilmente à reprodução em viveiros (piscicultura). Experiências foram tentadas no Museu Goeldi, em Belém, onde, em pequenos vi-

veiros, vimos pirarucus de 10 meses com 80 centímetros de comprimento. A criação de peixes carnívoros, dependendo da criação prévia de peixes menores que se alimentem de plâncton, é uma empresa complexa e cheia de dificuldades e que deveria ser tentada em grande escala, em um dos lagos da região amazônica. É um empreendimento que, dada sua natureza experimental e seu caráter de investigação, só poderá ser realizado pelo Poder Público. Mas, uma vez sejam resolvidos seus problemas técnicos e estabelecida uma rotina de trabalho, será, provavelmente, uma das atividades mais proveitosas da região. Para isso, encontra com abundância sua condição essencial: águas ricas de plâncton, principalmente nos rios de águas barrentas, e uma enorme variedade de espécies a escolher.

Ainda vivendo nas águas estão: o peixe-boi (100 a 300 quilos), um curioso sirinídeo, e a tartaruga, destruídos com tanto empenho que já se aproximam da extinção. O grande porte do peixe-boi e a vertiginosa reprodutividade da tartaruga (150 ovos por postura, em média) aconselham incluí-los no esforço oficial pela reprodução artificial das espécies aquáticas.

Outra indústria nascida da pesca é a dos couros de jacaré. Exportados primeiro em bruto (couros salgados), foram depois curtidos em local, constituindo uma indústria altamente especializada. Pestam-se, atualmente, na Amazônia, cerca de 500.000 jacarés por ano, com grande alívio dos pescadores de outras espécies. É uma safra importante, cujo valor, depois de curtida, excede 100 milhões de cruzeiros. Essa safra é feita com um enorme desperdício e prejuízo para a própria salubridade da região, pois as gorduras e carne dos jacarés mortos são jogadas ao rio. Pode ser estimada entre 10 e 15 mil toneladas a quantidade de gorduras e carnes de jacaré desperdiçadas por essa forma.

Novos métodos de pesca deveriam ser introduzidos na Amazônia, sob a forma de feitorias de pesca, racionalmente equipadas, sob o patrocínio do Governo, e a forma de colônias de pescadores, difundindo conhecimentos adequados sobre a forma de preparação dos peixes, sua salgagem, secagem ou enlatamento e equipadas com embarcações frigoríficas para trazer peixe fresco às cidades. Essas feitorias (nome tradicional na Amazônia) deveriam ser instalações flutuantes, montadas em embarcações apropriadas, onde fôsse feito o beneficiamento dos resultados da pesca, nessa

incluídos os jacarés. Todavia, um complemento indispensável à indústria da pesca é um sal apropriado, livre de cloreto de magnésio, que por sua higroscopicidade conserva úmidas as salgas, e das algas sempre presentes no sal comum e que concorrem para a deterioração mais rápida dos peixes salgados.

RECURSOS VEGETAIS

Os recursos vegetais da floresta amazônica são diversificados como previsível pela própria heterogeneidade de sua composição botânica. As plantas poucas vêzes alcançam formações densas da mesma espécie. Há, contudo, algumas exceções: o pau-mulato forma florestas em muitas zonas dos altos rios e existe com abundância no delta amazônico. A umbaúbeira cobre as costas de praias da maioria dos rios. O cauçu é uma sorte de planta daninha, apossando-se das clareiras nas matas do rio Solimões. O louro inamui e a ucuúba são a vegetação predominante de certas localizações. Muitas outras espécies agrupam-se caracteristicamente.

De qualquer maneira, porém, a onipresença da floresta sugere que o aproveitamento de seu material lenhoso é o recurso mais imediato que ela pode oferecer.

As madeiras amazônicas industrializáveis alcançam 600 espécies conhecidas e muitas outras por conhecer. Há abundância de madeiras duras e imputrescíveis e também inúmeras de textura média e mole, fáceis de trabalhar.

As madeiras duras perderam mercados em tôda parte pela elevada mão-de-obra que exigem e pelo desgaste e baixo rendimento das máquinas que as trabalham. Têm hoje um consumo local e pequena exportação para dentro e fora do país.

Entre elas, à parte as madeiras ornamentais, como a macacaúba e outras, há uma espécie que pode vir a ter um grande valor comercial e industrial: é a itaúba. Estudos feitos em Yale sôbre essa madeira e referidos por Record indicam-na como um substituto para a teca do Oriente, classicamente, a madeira preferida em obras mortas de construção naval. A itaúba é mais pesada e mais dura do que a teca e sua introdução sofrerá algumas dificuldades, mas será possível seu aproveitamento. As embarcações construí-

das de itaúba têm longa duração na região e sua madeira, fácil de trabalhar a mão e de moldar a quente, tem absoluta preferência na fabricação de embarcações. A itaúba, porém, só pode ser serrada em serras lentas e como não flutua, deve ser serrada nos centros produtores do interior. Não é madeira para ser trabalhada por grandes serrarias de alta produtividade, mas por pequenas instalações de engenhos de serras, horizontais ou verticais, localizadas nas zonas de produção. Essa mesma conclusão é aplicável a tôdas as madeiras duras.

É nas madeiras de textura média é leve que a indústria de serraria pode alcançar grande desenvolvimento na Amazônia. A heterogeneidade da floresta tropical encontra na Amazônia um corretivo, que é a várzea alagável. Como a várzea tem um período sêco e outro alagado, suas árvores são cortadas no período sêco, flutuadas na enchente e conduzidas aos pontos centrais onde estão as serrarias. Se há toros mais pesados que a água, são amarrados a outros mais leves para que o transporte possa ser feito. Dessa forma, o maior inconveniente da floresta tropical fica afastado, pela relativa facilidade de transporte trazida por êsse sistema. Lógico, êsse processo não é aplicável à floresta de terra firme, onde terá de ser usado o método de «espinha», o caminho central com penetrações laterais, explorando em conjunto um certo número de espécies vegetais escolhidas. Neste momento, porém, exceto o cedro e o aguano ou mogno, quase tôdas as madeiras serradas na Amazônia são de várzea e suas reservas ainda estão praticamente ilimitadas.

Há, portanto, condições favoráveis ao desenvolvimento em massa da indústria madeireira nesta região. Falta-lhe, porém, equipamento mecânico, crédito e transporte.

Nenhuma das serrarias da região alcança alta produtividade, porque nenhuma delas é montada com uma mecanização integral de manuseio do toro, desde a sua retirada da água até à colocação das tábuas nas pilhas de secagem. Mesmo quando operam com serras de fita (como quase tôdas as serrarias de Manaus e Itacoatiara), faltam os dispositivos complementares da movimentação da madeira, antes e depois de serrada, bem como uma boa preparação nas operações de tensão e afiação das serras. Em resumo, o rendimento dessas serras é prejudicado pela falta de alimentação e movimentação automática dos toros sôbre os carros de serra, pela insuficiente descarga manual da pro-

dução, pela imperfeita laminagem das serras. Basta dizer que o rendimento teórico das serras de fita, de 6 pés de diâmetro no volume, deveria ser de 40 a 50 metros cúbicos de madeira por 8 horas e não passa, na realidade, de 16 a 20 metros cúbicos.

Por sua vez, o depósito dos toros em água traz um grave dano às madeiras brancas que não possam ser serradas rapidamente e tôdas as serrarias, por insuficiência de recursos financeiros, não podem deixar sua produção secar o tempo necessário a uma correta maturação. A indústria madeireira local tem, também, uma aguda falta de transportes para fora da região, notadamente para o sul do Brasil e para a Europa, o que lhe agrava as já consideráveis dificuldades financeiras.

Apesar das madeiras tropicais conterem, em geral, mais defeitos de classificação que os pinheiros, há muitas delas caracteristicamente livres de imperfeições e muito próprias para a preparação de laminados e contraplacados. O cedro amazônico, o mogno, o açacu, a macacarecuia, o marupá e inúmeras outras são madeiras limpas e perfeitas. Várias delas são exportadas para a Europa e América, para êsse fim especial.

A indústria de laminação de madeiras encontra, por isso, condições favoráveis à sua implantação na Amazônia. As fábricas de madeira laminada deveriam ser montadas nos atuais centros de industrialização madeireira, como Manaus, Itacoatiara, Santarém e Belém, completadas por serrarias de alta produtividade. A serraria é o complemento natural da laminação, pois esta trabalha os toros perfeitos e a serraria aproveita os imperfeitos.

CELULOSE

Ainda em madeiras e materiais lenhosos produtores de celulose, dos quais há tão aguda escassez no Brasil e no mundo, seria de tôda conveniência um esforço pela fabricação de celulose na Amazônia. Muitas madeiras amazônicas são próprias para êsse fim, entre elas o pau-mulato e a umbaúba, que existem em regime de densidade vegetal notável. Geralmente, as madeiras tropicais têm fibras curtas mas podem ser associadas a espécies de fibras longas. Assim, por exemplo, a umbaúbeira tem fibras de um milí-

metro de comprimento apenas, o pau-mulato um e meio milímetro a dois milímetros, enquanto a samaúmeira alcança 2,60/m/m ou seja quase o comprimento das fibras de alguns pinheiros. A associação torna possível uma pasta satisfatória e muitas fontes de celulose estariam ao alcance dessa indústria, dentro da Amazônia. Assim, por exemplo, a destilação do óleo de pau-rosa produz cada ano 40.000 a 45.000 toneladas de cavacos dessa madeira, que são atirados fora como imprestáveis. A safra de juta deixa 80.000 a 100.000 toneladas de talos descascados de juta, para os quais não há nenhuma aplicação. Esses resíduos e mais as madeiras próprias da floresta poderiam ser trabalhados para produzir celulose. Os talos de juta já foram estudados para esse fim, em São Paulo e na Suécia, com excelentes resultados.

A fabricação de celulose tem a enfrentar muitos problemas laterais que, em geral, se prendem à disponibilidade de matéria-prima e sua acessibilidade e transporte fácil, à força barata, à água e aos produtos químicos necessários. A matéria-prima a obter do pau-rosa e juta está em pontos acessíveis. A produção de ambos se faz acompanhando o curso do rio Amazonas, entre a foz do rio Tapajós e a do rio Purus. Se a distância pelo rio é relativamente grande, em compensação o transporte é todo fluvial e fácil. Só os resíduos de pau-rosa e juta poderiam produzir 40.000 toneladas de celulose e 2 ou 3 fábricas abarcariam facilmente a região. A força barata não existe, pois não há quedas d'água próximas e o combustível local é a lenha. Ela poderia, porém, ser obtida com a instalação de uma refinaria de petróleo peruano em Manaus, pois os resíduos da destilação de petróleo são os mais baratos dos combustíveis. A água é abundante e boa (não contém materiais incrustantes) e os processos a usar deveriam ser aquêles, usando produtos químicos possíveis de obter na própria região.

TEREBENTINA

Especial menção merece ainda a árvore Louro Inamui (*Ocotea barcellensis*, Aublet ou *Nectandra elaiophora*, Barb. Rodr.), muito abundante nas várzeas e cuja madeira é impregnada de óleo. A análise desse óleo comprovou que parte do mesmo é pineno puro, equivalente à terebentina de

pinho, e a outra parte é idêntica ao «pine oil», subproduto obtido na destilação da terebentina americana. A primeira é solvente de óleos secativos, o segundo solvente da nitrocelulose. Ambos êsses produtos são importados no Brasil e o louro inamuí poderia vir a constituir a fonte nacional dêsses materiais. Todavia essa é uma boa madeira de construção, serrada para uso local e para exportação. O seu conteúdo de óleo (12 quilos por tonelada) não permite sua destilação apenas para produção de terebentina, que é material de baixo preço. Poderão ser usados, contudo, os resíduos de sua serragem (serragem, costaneiras, partes defeituosas, galhos) ou trabalhados para celulose, obtendo-se o óleo como subproduto.

MADEIRAS ODORÍFERAS

É grande a variedade de madeiras odoríferas na Amazônia. Apenas uma é aproveitada industrialmente : pau-rosa, cuja utilização para produção de um óleo essencial se iniciou com o esgotamento de suas reservas na Guiana Francesa. A produção dêsse óleo oscila entre 300 a 400 toneladas anuais. Seu uso se faz em perfumaria, na preparação sintética de acetato de linalila e na separação de linalol puro, geraniol, nerol e terpineol, que são seus componentes mais importantes. Seus mercados principais são : Estados Unidos, Inglaterra, França e Suíça.

Êsse óleo é destilado em cêrca de 50 pequenos destilarias espalhadas pelo interior da Amazônia, entre os rios Tapajós e Purus e que têm uma produção cara e imperfeita. A madeira contém, em têrmo médio, 15 quilos de óleo por tonelada, dos quais apenas 8 são aproveitados. O restante perde-se no depósito da madeira em condições impróprias, na trituração defeituosa (correntes de ar, aquecimento do material por fricção), nas águas de destilação não recuperada, na hidrólise do óleo durante o processo de destilação e na retenção do mesmo dentro do próprio cavaco destilado. Nenhuma dessas destilarias tem aparelhagem própria nem conhecimentos técnicos e capital suficiente para a melhora de seus métodos. O valor anual das safras de pau-rosa é de 60 milhões de cruzeiros. Muito mais do que isso é perdido anualmente em óleo e no resíduo lenhoso inaproveitado.

Essa indústria necessita de concentração, capital e assistência técnica. O lógico seria manter 3 ou 4 instalações bem aparelhadas, em Manaus, Maués, Parintins e Santarém, onde seriam reunidos todos os produtores, que para lá levariam sua produção de madeira de pau-rosa. O tipo de organização que melhor lhe convém é de cooperativa de produção.

Muitas outras árvores e plantas odoríferas existem na Amazônia e que nunca foram estudadas. Entre essas, são marcantes: o louro aritu, a preciosa, louro canela, louro cravo, louro pimenta, louro erva-doce, o puxuri, o louro cânfora, louro inamuí, o cauiche e tantas outras, quase todas mais abundantes do que o próprio pau-rosa, e todas produzindo óleos perfumosos como êle. É um vasto campo de estudos para uma instituição que a isso se dedique.

GOMAS E RESINAS

A floresta amazônica encerra grande variedade de gomas e resinas, das quais algumas utilizadas. As balatas (balata, ucuquirana, maçaranduba do Baixo Amazonas) contêm quantidades variáveis de uma guta um pouco mais dura do que a guta-percha do Oriente, mas utilizável para os mesmos fins. Os chicles (pendari, maçaranduba chocolate, maparajuba, caramuri, irana, sôrva), cuja produção cresceu consideravelmente durante a última guerra, desapareceram quase inteiramente, após 1946 com o retorno do jelutong do Sião aos mercados americanos e o aparecimento do chicle sintético (plastômero). Dessa «debacle» sobreviveu o chicle de sôrva por sua aptidão a ser misturado ao chicle sintético, como o jelutong.

Balatas e chicles podem ser melhorados pela padronização, limpeza e desidratação antes do embarque. A sôrva crua contém 50% de água, para o dobro do frete justo e ainda sofre o desconto do beneficiamento no mercado de destino.

Resinas, como jutaíca, breus de Protium (variedades da resina clemi), anani, etc., são produtos cujo beneficiamento e aplicação ainda demandam estudos meticolosos. Bálsamos como o de copaíba, e resinas, como a copaíba jacaré, são colhidos com destruição da árvore.

TANINOS E CORANTES

Há abundância de taninos, mas, em geral, em materiais de pequeno rendimento. Há motivos para pôr em dúvida alguns resultados de análises publicados em face dos resultados práticos obtidos com alguns desses materiais, nos curtumes locais. No Rio Branco, aparece o divi-divi, o famoso fruto taninífero da Venezuela. Há abundância de corantes vegetais, mas taninos e corantes precisam de completo re-exame.

INSETICIDAS E PLANTAS MEDICINAIS

É um vastíssimo campo de estudos, no qual há inúmeras observações feitas, mas, faltando o coroamento da aplicação industrial. Utilizado, há somente o timbó, que se presta à reprodução agrícola sem maiores dificuldades. Todavia, essa é uma indústria em declínio, perseguida pelos novos inseticidas sintéticos, de campo de aplicação muito mais vasto. As usinas, que beneficiavam timbó em Belém e Manaus, acham-se paradas por falta de mercados para seus produtos. Não será de bom aviso empregar esforços no cultivo dessa raiz, pois há outros campos de ação mais compensadores.

ÓLEOS

A mata amazônica é um repositório de fabulosa variedade de sementes oleaginosas. Conquanto muitas dessas sementes contenham óleos valiosos por suas propriedades intrínsecas, a maioria delas encontra-se em tal estado de dispersão que dificulta uma colheita normal. Muitas dessas oleaginosas, entretanto, encontram-se em regime florestal denso e são susceptíveis de aproveitamento industrial imediato. Entre essas, merece particular atenção o murumuru, palmeira de várzea de produtividade abundante, que se dispõe em formações densas acompanhando a margem dos rios. Seus côcos são fáceis de quebrar a mão e existem máquinas conhecidas para fazê-lo com alto rendimento. Sua disposição pelas margens evita maiores problemas de trans-

porte e suas amêndoas não têm problemas especiais de conservação. Pode ser colhido pelo extrator florestal em conjunto com suas outras atividades na floresta, e aumentando-lhe a renda. Seu óleo é uma gordura sólida a 32°C, com um índice de saponificação de 240 e índice de iodo de 8. É, portanto, uma gordura análoga ao óleo de côco, mas não facilmente rancificável como essa. É uma gordura de alto valor e suas safras poderão ser muito grandes, alcançando facilmente muitos milhares de toneladas. Outras oleaginosas também existem em regime denso, como o babaçu, o patauá, a ucuúba, a inajá, a andiroba, etc. Todos têm problemas específicos de colheita e beneficiamento.

O modo mais fácil de construir na região uma indústria de óleos será promover a montagem de algumas prensas no interior, em pontos adequados e instalações de refinação, em Manaus e Belém. O deslocamento dos frutos inteiros ou de suas sementes a grandes distâncias oneraria o sistema de transportes e encareceria enormemente o material, pois a diferença entre o peso de uma semente e do óleo que ela contém é muito grande. Prensando no interior, preferivelmente em instalações flutuantes, que se deslocariam periodicamente aos pontos convenientes, o valor das safras locais de sementes seria mais remunerador e atrairia mais interessados. Essas instalações flutuantes consumiriam como combustível de suas máquinas as próprias cascas dos frutos descorticados. Por essa forma, o preço local das sementes seria mais alto e o volume das safras poderia crescer mais rapidamente.

No Pará, a maré diária dá à colheita de sementes oleaginosas, na região das ilhas, uma feição especial. Na entrada da mata são dispostos troncos flutuantes que prendem as sementes no refluxo da maré e, nesse local, elas são colhidas.

Uma oleaginosa já existe em regime agrícola, legada pelos índios. É a bacabaí, palmeira de pequeno porte e abundante frutificação, produzindo aos quatro anos de plantada. Seus frutos produzem 25% de um óleo de alta qualidade, de constantes químicas iguais às de óleo de oliveira, mas sem cheiro. Essa parece ser a palmeira cujo cultivo deve ser recomendado às zonas agrícolas. Dá-se bem nas terras firmes e tem grande tolerância à variabilidade dos solos.

Outra semente que merece atenção é a de seringueira, que produz em boa proporção (52%) excelente óleo secativo.

CRÉDITO

Pensamos que os empreendimentos a desenvolver nesta região terão de estar em proporção com suas possibilidades humanas de dirigí-los e mantê-los. Não adiantará, pelo momento, tentar a criação de indústrias complexas que dependam da existência no meio de uma instrução profissional avançada ou de u'a mão-de-obra muito especializada. Essas iniciativas poderão fracassar por falta de base humana, prejudicando a confiança em outros trabalhos mais simples. Justificam-se, entretanto, certas operações complexas, como a refinação do petróleo, por serem básicas e essenciais ao desenvolvimento ulterior do meio.

Duma maneira geral, porém, achamos que o esforço industrial nesta região deve ser feito em tórno da produção de matérias primas e de seu beneficiamento e de fases menos complexas de sua industrialização.

A ação direta do Poder Público deverá abarcar as obras e serviços que condigam com o bem-estar geral (obras de saneamento, etc.) ou com as condições básicas para que a atividade industrial se torne possível (energia barata, combustíveis baratos, transportes acessíveis, etc.) ou a investigação científica dos recursos mal conhecidos. Excepcionalmente e por tempo limitado, o Poder Público poderá tomar a iniciativa de empreendimentos que se tornem necessários, mas para os quais haja dificuldade em articular vocações privadas, ou em coordená-las em bases satisfatórias.

No mais, a tarefa de expansão econômica deve caber aos particulares, que lhe darão, com o alicerce sólido do interesse privado, a base necessária à sua continuidade.

A iniciativa privada não encontra, porém, na região, recursos financeiros com que desenvolver-se. A economia da Amazônia é deficitária. Nos últimos cinco anos o comércio da Amazônia com o Sul do Brasil demonstrou um déficit contra a Amazônia de Cr\$ 1.700.000.000,00, o qual não foi coberto com o saldo positivo de Cr\$ 1.100.000.000,00 que obteve em seu comércio externo. Disso resultou um déficit de cerca de 600 milhões de cruzeiros, coberto pelas dotações orçamentárias federais. Os depósitos particulares, em todos os bancos da Amazônia, escassamente excedem meio bilhão de cruzeiros e, direta e indiretamente, estão comprometidos na movimentação de suas safras e no seu comércio

de importação e exportação, que «grosso modo», excede 3.000.000 de contos por ano.

Os recursos existentes custeiam as necessidades mínimas da região e não há com que o homem empreendedor inicie novas atividades. Em sua economia deficitária não há capitalização, a não ser a que resulte do deslocamento de recursos de u'a mão para outra, mas essa concentração de meios financeiros corresponde, realmente, a um empobrecimento do meio.

Nada há a esperar, portanto, da simples evolução da economia atual.

Falta à região capital e êsse terá de ser fornecido com recursos do próprio Governo. O Banco de Crédito da Amazônia deve ser habilitado com uma Carteira Industrial e uma Carteira Agrícola e nêle deve ser investida anualmente, como Fundo Especial para desenvolvimento industrial e agrícola da região, uma parte das dotações destinadas à Valorização da Amazônia. Como é óbvio em operações dessa natureza, os juros devem ser módicos e os prazos longos, mas cada proposta deve ter um mérito próprio e julgada não pelas garantias subsidiárias que ofereça mas pelo mérito próprio do empreendimento. Certas atividades, como plantação de seringueiras, por exemplo, devem ter preferência especial.

A aplicação desses recursos deve ter um contrôle severo, mas não de maneira a torná-la muito burocrática e demorada. Pensamos que para serem realmente úteis à região essas carteiras deveriam ter uma dotação de 200 milhões de cruzeiros anuais. Então, haveria suporte financeiro para a iniciativa privada sem maiores sacrifícios para a nação, pois os recursos concedidos retornariam dentro dos prazos de amortização.

TRANSPORTES

Os transportes são o ponto mais crítico da economia amazônica, zona de enormes distâncias, onde o afastamento dos centros de produção só é compensado pela relativa facilidade de navegação dos rios.

Em princípios do século, a produção era menos diversificada e de volume menor e a frota fluvial recentemente construída era eficiente e maior do que hoje. Atualmente,

SNAPP. De qualquer forma, a Amazônia precisa urgentemente de nova frota de embarcações a motor, como meio de contornar o crítico problema das tripulações numerosas, aumentar a tonelagem disponível e abarcar em seu esquema de linhas tôdas as regiões produtoras,

As embarcações a motor necessitam de combustível barato, o que dependerá da refinação local de petróleo e do estabelecimento de terminais adequadas, para estoque de combustível nas zonas mais afastadas. Também deve ser dada assistência financeira e técnica aos pequenos estaleiros locais, que fabricam embarcações de madeira, para que as fabriquem em série, melhorando os perfis para maior rendimento em velocidade e em consumo de combustível.

Outra providência necessária é reequipar os portos, para reduzir o tempo de estadia dos navios de grande cabotagem e longo curso e aumentar o número dos mesmos que servem o interior da Amazônia até Manaus, pois há uma crítica falta de praça para exportação da produção regional, aumentando suas dificuldades financeiras e desanimando o esforço de produção.

ESQUEMA DOS PROJETOS A DETALHAR

Projetos detalhados e orçados devem ser estabelecidos para cada elemento do plano a organizar.

Parece-nos que o seu seguimento lógico deveria ser o seguinte :

Construir uma sólida organização de transportes.

Criar condições que permitam a formação de dois núcleos industriais em Belém e Manaus, dotando-os de força motriz abundante, combustível barato, condições sanitárias satisfatórias, escolas técnicas e profissionais adequadas ao fim em vista e crédito industrial e agrícola, nas condições exigidas pela expansão da iniciativa privada.

Formar zonas agrícolas em pontos adequados de todo o interior amazônico, se possível junto às sedes municipais.

Organizar um programa sanitário para o interior, com instalações fixas nos núcleos itinerantes fora dêles.

SNAPP. De qualquer forma, a Amazônia precisa urgentemente de nova frota de embarcações a motor, como meio de contornar o crítico problema das tripulações numerosas, aumentar a tonelagem disponível e abarcar em seu esquema de linhas tôdas as regiões produtoras,

As embarcações a motor necessitam de combustível barato, o que dependerá da refinação local de petróleo e do estabelecimento de terminais adequadas, para estoque de combustível nas zonas mais afastadas. Também deve ser dada assistência financeira e técnica aos pequenos estaleiros locais, que fabricam embarcações de madeira, para que as fabriquem em série, melhorando os perfis para maior rendimento em velocidade e em consumo de combustível.

Outra providência necessária é reequipar os portos, para reduzir o tempo de estadia dos navios de grande cabotagem e longo curso e aumentar o número dos mesmos que servem o interior da Amazônia até Manaus, pois há uma crítica falta de praça para exportação da produção regional, aumentando suas dificuldades financeiras e desanimando o esforço de produção.

ESQUEMA DOS PROJETOS A DETALHAR

Projetos detalhados e orçados devem ser estabelecidos para cada elemento do plano a organizar.

Parece-nos que o seu seguimento lógico deveria ser o seguinte :

Construir uma sólida organização de transportes.

Criar condições que permitam a formação de dois núcleos industriais em Belém e Manaus, dotando-os de força motriz abundante, combustível barato, condições sanitárias satisfatórias, escolas técnicas e profissionais adequadas ao fim em vista e crédito industrial e agrícola, nas condições exigidas pela expansão da iniciativa privada.

Formar zonas agrícolas em pontos adequados de todo o interior amazônico, se possível junto às sedes municipais.

Organizar um programa sanitário para o interior, com instalações fixas nos núcleos itinerantes fora dêles.

Estabelecer em terras agrícolas apropriadas um programa de cooperação direta, com os lavradores, através de campos de cooperação, fornecendo o Governo a cada campo um agrônomo, capatazes experientes, o instrumental agrícola necessário e crédito aos lavradores até à formação de suas safras. Esses campos deveriam executar um plano coordenado de plantio de seringueira, juta e gêneros de alimentação e outras plantas típicas da região : cacau, bacabaí, guaraná, etc.

Organizar, paralelamente, um programa de melhoramento de condições das zonas de pastoreio, incluindo a defesa sanitária dos rebanhos, melhoria de pasto, cruzamento com raças adequadas.

Ampliar os estudos de solos da Amazônia, com a criação de um organismo especializado.

Criar uma organização científica especializada no estudo dos produtos florestais e sua utilização.

Criar uma estação experimental dedicada ao estudo da adaptação de plantas silvestres úteis ao hábito agrícola e de vegetais exóticos, cujo cultivo convenha introduzir na Amazônia, principalmente aqueles cultivados nas zonas tropicais do Oriente.

Tomar a iniciativa de certos empreendimentos industriais que, em início, por certas dificuldades específicas, não poderão ser tentados por particulares, como sejam, criação artificial de peixes, usinas flutuantes para extração de óleos, etc.

Conceder crédito industrial, através de Bancos especializados, às iniciativas privadas que visem ao aproveitamento de matérias-primas locais, desde que amparadas em projetos bem estudados e justificados.

Conceder crédito agrícola a todos os lavradores que, mesmo sem trabalhar nos campos de cooperação com o governo, queiram dedicar-se a essa atividade.

São atividades locais que necessitam crédito industrial e têm francas possibilidades de sucesso :

Serrarias (o Governo tem uma ótima serraria parada : a serraria Ford).

Laminação e contraplacagem de madeiras.

Fábricas de celulose — A partir de madeiras e de resíduos, lenhosos, de várias indústrias (madeiras, cavacos de pau-rosa, talos de juta, etc.).

Destilação de óleos vegetais (encampando as pequenas destilarias de pau-rosa em cooperativas de produção).

Extração e refinação de óleos vegetais.

Lavagem e desidratação de castanha do Brasil.

Destilação seca de madeiras duras (com objetivo de produzir carvão para siderurgia, combustíveis, produtos químicos).

Cimento (com calcários e gás natural de Itaituba).

Fiação e tecelagem de juta.

Cerâmica.

Curtumes (couros do gado local, couros de jacaré, peles de animais silvestres).

Fabricação de tecidos grossos (riscados, chitas, etc.).

Conservação de alimento.

Trabalhos em madeira (esquadrias, móveis, etc.).

Estaleiros para construção de embarcações de madeira.

Oficinas bem aparelhadas para reparos de embarcações e máquinas.

Usinas de açúcar.

Indústria de tabaco.

Artefatos de borracha e látex.



APÉNDICE

«O Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus» contém tudo quanto Euclides escreveu posteriormente sobre a Amazônia.

Francisco VENANCIO FILHO

EUCLIDES DA CUNHA NO RIO DOS GIGANTES

Abguar Bastos

Essa coleção «Pedro Teixeira», que Clóvis Barbosa organizou, sob patrocínio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, é desses trabalhos que as mudanças de governo costumam podar na hora mais florescente. Clóvis Barbosa, lá pelos idos de 1930, já demonstrava uma vocação corajosa e absorvente pelas publicações, com objetivo de divulgar o pensamento e as realidades da Amazônia. E note-se que não era amazonense, ainda que lá se houvera criado. Foram várias as suas iniciativas nesse sentido. Uma delas, a revista «Equador», em volume de 200 páginas, mereceu aplausos da crítica brasileira, como obra de elevada seleção cultural. Ao vir chefiar um setor da SPVEA, no Rio, seu primeiro impulso foi o livro. A Superintendência ficou de acordo de que não se deveria apenas cuidar da valorização econômica, mas o aspecto cultural se engajava na mesma frente de batalha.

Sem recursos, apesar de haver boa vontade, deu duro na Multilith que conseguiu instalar num recanto da Agência. Ai começou a obra, como quem carrega pedra, afanosa e complicada. Botou para circular a coleção «Araújo Lima», com 12 trabalhos, até agora, e a coleção «Pedro Teixeira», cujo terceiro impresso é «O Rio Purus», de Euclides da Cunha, integralizando o relatório do autor de «Os Sertões», a respeito desse caudal.

Ainda que não chegasse ao rio Chandless, tive a fortuna de transpor o Purus, até um pouco além do Iaco. Posso, assim, compreender as surpresas de Euclides e os seus arrebatamentos diante de uma torrente de mais de 3 mil quilômetros de leito.

A tese de Euclides é a de que nenhum dos grandes rios amazônicos se compara ao Purus em itinerário navegável. Abre-se, assim, um formidável tráfego às riquezas do alto-Ama-

zonas, dependendo dos reparos que, apontados por Euclides, continuam até hoje insanáveis: as pedras formadoras de «italpavas» e cachoeiras.

No tempo do relatório euclídeano, a Amazon River tinha seu ponto terminal em frente à fazenda Cachoeira, onde as pedras iniciam a sua perigosa floração, após os baixios que, a justante, tornam cautelosos os pilotos na época da vazante.

Quando por aí passel, por volta de 1927, o proprietário era um Sr. Hernandez, já velho e que recusara vender a terra a um sindicato norte-americano. Gostava do lugar e aspirava obter recursos para tocar a gleba. Porém, a estação final da Amazon River já se achava situada muitos quilômetros além: na Bôca do Acre.

Espantava-me a decisão e experiência dos comandantes em vencer as pedras que se desdobravam em Ajuricaba, Pacoval, Ermida, Canto da Fortuna ou Cantagalo (aqui também era de espantar a proliferação dos paus submersos). De tão impressionantes dificuldades tirei os elementos para alguns capítulos de meu romance «Certos Caminhos do Mundo» (1936), que, em parte, retrata a vida em trechos do rio Purus.

Euclides faz referência à «mais avançada atalala dessa enorme campanha contra o deserto»: Sobral. Quem o alcança, partindo da foz do Purus e percorrendo uma distância itinerária de 1417 milhas ou cerca de 400 léguas, tem a prova tangível de que quatro quintos do majestoso rio estão completamente povoados de brasileiros, sem um hiato, sem a menor falha de uma área em abandono, ligadas as extremas de todos os seringais — estirando-se unida por toda aquela lonjura, que lhe define geomêtricamente a grandeza, uma sociedade rude, porventura ainda, mas vigorosa e triunfante».

Desde João Cameté, Serafim Salgado e Manoel Urbano, as expedições de povoamento e penetração vieram forçando as portas do Vale naquelas assombrosas alturas.

Em «A Conquistista Acreana», também fixei a luta extraordinária dos brasileiros na exploração das terras acreanas, através do Purus. Não há nada de maior conteúdo epopéico, do que essa avançada, pela floresta, transpondo os mais surpreendentes obstáculos naturais, dessas levas de homens e mulheres arrogantes, que o nordeste forneceu para o povoamento do alto-Purus e do alto-Acre.

E foi nessa longínqua faixa do continente que fizeram suas correrias os famosos curiquerês «gigantes de dezesséis palmos de altura e mul valentes e andam nus; trazem grandes pateras de ouro nas orelhas e narizes», conforme a referência que lhes fez o Padre Cristovam d'Acuña. Para êsses índios o Purus era chamado de Cuchiguara e talvez a mitologia cabocla visse nesses gigantes os primeiros derrubadores de cachoeiras.

O Purus pouco teria mudado, desde Euclides. Ainda permanece com seus mistérios e grandezas, à espera de um ciclo civilizador que o transforme em dinamo do progresso continental.

Em tempo: os livros das «coleções» da SPVEA são distribuídos sem ônus. Os interessados poderão dirigir-se ao Sr. Clóvis Barbosa na Avenida Franklin Roosevelt, 39 — 8º andar — salas 806/814. Rio de Janeiro.

RECEPTIVIDADE

SAO PAULO

1 de dezembro de 1960 — Ilmo. Sr. Clóvis Barbosa — Av. Franklin Roosevelt, 39, 8º andar, s/814 — Rio de Janeiro (GB) — Prezado Senhor — LIVROS DA COLEÇÃO DA «SPVEA» S/ AMAZONIA — Consoante comunicação que constou da parte final do artigo «Euclides da Cunha no Rio dos Gigantes», de autoria do sr. Abguar Bastos, publicado no «Diário de São Paulo», venho solicitar de V. Sa. a fineza de me serem remetidos os livros da coleção acima referida, o que desde já muito agradeço. A propósito, esclareço que sou estudioso dos assuntos nacionais, sendo esta coleção de grande interesse cultural, não só por sua originalidade, como também, pela autoridade de quem a edita. Reiterando meus agradecimentos, valho-me do ensejo para apresentar-lhe m/ cordiais saudações (a) Francisco Alvares da Silva Sobrinho — Rua Barão de Capanema, 199 — Jardim América — São Paulo — São Paulo.

SAO PAULO

17 de outubro de 1960 — Prezado Sr. Clóvis Barbosa — Av. Franklin Roosevelt, 39 s/807 e 812 — Rio de Janeiro — Interessando-me, profundamente, por tudo quanto diz respeito à Amazônia, venho pedir-lhe o obséquio de me enviar tôdas as publicações da SPVEA referentes ao assunto. O meu endereço é o seguinte: Rua Libero Badaró, 119-8º andar — São Paulo. Agradecendo-lhe, antecipadamente, o favor, subscrevo-me muito atentamente (a) Roberto Moreira.

SAO PAULO

27 de outubro de 1960 — Senhor Clóvis Barbosa — Av. Franklin Roosevelt, 39 — Rio de Janeiro. Prezado Senhor — Na qualidade de diplomado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, e sendo um estudioso das obras de valorização social e econômica da Amazônia, valho-me da presente para solicitar a V. S. as informações necessárias à obtenção das publicações que integram as coleções «Araújo Lima» e «Pedro Teixeira». O documentário «Amazônia, uma conquista de nosso tempo», também interessa-me. Pela atenção, agradeço-lhe. (a) Hélio F. B. Ferrari — Caixa Postal, 952 — São Paulo — São Paulo.

RIO CLARO

2 de dezembro de 1960 — Ilmo. Senhor Clóvis Barbosa — Av. Franklin Roosevelt, 39-8º andar — sala 814 — Rio de Janeiro (GB). Prezado Senhor — De conformidade com os dizeres constantes do artigo «Euclides da Cunha no Rio dos Gigantes», inserto no «Diário de São Paulo» de 29/11/60, tomo a liberdade de solicitar a V. S., a grande fineza de enviar-me os livros das coleções da SPVEA, que são ofe-

recidos gratuitamente. Como estudioso do assunto, tenho grande interesse na citada literatura, pelo que antecipo meus agradecimentos ao favor de sua prezada atenção. Sem outro, subscrevo-me, mui atenciosamente. De V. S. Amo. Atto. Obdo. José Constante Barreto — Avenida 9 nº 779 (Linha Paulista) — Rio Claro — São Paulo.

TRÊS DE MAIO

15 de outubro de 1960 — Prezados Senhores. Estou cursando a 4ª série Ginasial em Três de Maio. Falando com meus professores, contaram-me que por esse endereço poderíamos adquirir livros e gravuras sobre «O serviço de valorização econômica da Amazônia». Peço a V. Excia. que me mande livros ou mesmo gravuras sobre a Amazônia. Desde já grato pela sua atenciosa colaboração. (a) Luiz Carlos Teixeira. Ginásio Pio XII — Três de Maio — Caixa Postal, 31 — Rio Grande do Sul — Brasil.

PETRÓPOLIS

3 de dezembro de 1960 — Senhor Clóvis Barbosa: Agradeço a valiosa doação de dezesseis volumes sobre a Amazônia e as fotografias da Belém-Brasília, já integrados no acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal de Petrópolis. Atenciosas Saudações (a) Maria Helena de Avellar Palma (Bibliotecária).

RIO DE JANEIRO

Centro Acadêmico Ruy Barbosa — Faculdade de Direito Cândido Mendes, Praça XV de Novembro, 101 — Rio — 25 de março de 1960 — Clóvis Barbosa — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Nesta. Prezado Senhor: O CENTRO ACADEMICO RUY BARBOSA, órgão máximo representativo dos universitários da Faculdade de Direito Cândido Mendes, tem a satisfação de cumprimentar a V. S. e de agradecer as publicações da S.P.V.E.A. que nos foram enviadas, e que nos falam da imensa obra que essa Superintendência executa nas brechas amazônicas, em nome do desenvolvimento econômico daquela imensa região, até então abandonada, por falta de visão dos nossos antigos homens públicos. As publicações foram distribuídas aos universitários desta Faculdade, e foi grande o interesse que elas despertaram no seio de nosso estudantado. E agora, vimos até V. S., de acordo com entendimentos anteriores, solicitar que nos seja facultado, oficialmente, por essa Superintendência, uma visita de quatro elementos nossos, estudantes de Direito e jornalistas, devidamente credenciados por nosso Centro, às imensas obras rodoviárias e de assistência e de pioneirismo que a S.P.V.E.A. promove no centro-norte do país. Certos da acolhida de nossa solicitação, enviamos-lhe uma flâmula do CARB e as nossas mais sinceras e melhores saudações universitárias (a) Ennio de M. Souza Leão — Secretário de Cultura do CARB.

RIO DE JANEIRO

3 de novembro de 1960 — Serviço de Documentação da SPVEA — Av. Franklin Roosevelt, 39 s/814 — Nesta. Em nome da Associação Brasileira de Imprensa e no meu próprio, agradeço a gentileza da oferta de «O Rio Purus», de Euclides da Cunha, com que a SPVEA realiza trabalho para o maior conhecimento e valorização da região Amazônica. Cumprimentando esse serviço pela realização, aproveito o ensejo para apresentar protestos de admiração e apreço (a) Herbert Moses, Presidente.

COLEÇÃO ARAÚJO LIMA

- 1—Economia da Produção..... COSME FERREIRA FILHO
- 2—As Metas do Governo e a Valorização da Amazônia WALDIR BOUHID
- 3—O Banco do Brasil na Economia da Amazônia..... SAMUEL BENCHIMOL
- 4—Características Agrárias da Amazônia NEWTON PIRES DE AZEVEDO
- 5—Conceito de Amazônia..... EIDORFE MOREIRA
- 6—Valorização da Amazônia e sua Comissão de Planejamento SÓCRATES BOMFIM
- 7—O Problema de Colonização da Amazônia ADRIANO MENEZES
- 8—Navegação do Amazonas & Portos da Amazônia..... AGNELO BITTENCOURT
- 9—Artigos de Jornal..... DIVERSOS AUTORES
- 10—Os Intérpretes da Amazônia PERICLES MORAES
- 11—A Conquista Acreana (no prelo) ABGUAR BASTOS
- 12—A Baía do Mar Doce..... ALBERTO RANGEL
- 13—Interesses da Amazônia (em preparo) JOSÉ VERÍSSIMO

COLEÇÃO PEDRO TEIXEIRA

- 1—A Expansão Portuguesa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
- 2—Estrada de Ferro Madeira Mamoré JÚLIO NOGUEIRA
- 3—O Rio Purus EUCLIDES DA CUNHA
- 4—Aspectos Econômicos da Dominação Lusitana na Amazônia ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
- 5—Expedição ao Rio Branco, Uraricuera e Paríma (em preparo) A. HAMILTON RICE
- 6—A Conquista Espiritual da Amazônia (em 1961)

CADERNOS BELÉM-BRÁSILIA

- 1—A Belém-Brasília no Tempo e no Espaço WALDIR BOUHID
- 2—Reportagens — Artigos — Documentário DIVERSOS AUTORES
- 3—Dez Dias na Belém-Brasília AFRANIO MELO
- 4—Primeira Viagem na Belém-Brasília ARNAUD PIERRE

ORGANIZADOS POR CLÓVIS BARBOSA
PARA O SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA AGÊNCIA DA
SPVEA NO RIO DE JANEIRO — ESTADO DA GUANABARA



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 - 2018



AMAZONAS
CULTURA DE
VALOR

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

